

ESCOLA CAIÇARA DA JUREIA

Educação caiçara na comunidade
da Cachoeira do Guilherme,
Iguape/SP



Paulo Cesar Franco
Coração da Jureia
2022

Elaboração da ficha catalográfica
Gildenir Carolino Santos (Bibliotecário)

Diagramação e acabamento
Cobra Coral Edições

Capa
Letícia Graziano

Tiragem
E-book (PDF)

Comitê Editorial da Seção de Livros da Revista ClicaCom

Alda Romaguera Marcus Novaes
Universidade de Sorocaba e Instituto Ritmos – Brasil Universidade Estadual de Campinas – Brasil

Antonio Carlos R. Amorim Maria dos Remédios Brito
Universidade Estadual de Campinas – Brasil Universidade Federal do Pará – Brasil

Carolina Cantarino Rodrigues Sebastian Wiedemann
Universidade Estadual de Campinas – Brasil Universidade Pontifícia Bolivariana – Colômbia

Gabriel Cid de Garcia Susana Oliveira Dias
Universidade Federal do Rio de Janeiro- Brasil Universidade Estadual de Campinas – Brasil

Wenceslao Machado de Oliveira Júnior
Universidade Estadual de Campinas – Brasil

Catálogo na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UNICAMP

F848e Franco, Paulo Cesar.
Escola caiçara da Jureia [recurso eletrônico]: educação caiçara na comunidade da Cachoeira do Guilherme, Iguape-SP / Paulo Cesar Franco. – Iguape, SP: Cobra Coral Edições, 2022.
1 recurso online : il.

Modo de acesso: WWW
Publicação digital (e-book) no formato PDF. [9,9 MB]
ISBN: 978-65-998955-0-0

1. Educação. 2. Floresta. 3. Cultura caiçara. I. Título.

22-026

CDD – 370

Bibliotecário: Gildenir Carolino Santos – CRB-8ª/5447

Publicação digital – Brasil
1ª edição – setembro – 2022
ISBN: 978-65-998955-0-0



Atribuição-NãoComercial-Compartilha Igual CC BY-NC-SA

Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam a você o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

Ficha técnica:

Orientação de arte e editoração: Profa. Dra. Alik Wunder

Capa, edição e arte: Letícia Graciano

Desenhos: Vanderlei Ribeiro (Deco)

Revisão: Marlene Petros Angelides

Paulo Cesar Franco
Coração da Jureia
2022

ESCOLA CAIÇARA DA JUREIA

Educação caiçara na comunidade
da Cachoeira do Guilherme,
Iguape/SP





Professor Paulinho com seus alunos da Escola Caiçara, ano 2004. Crédito: Edmilson do Prado



Inauguração da Escola Caiçara da Jureia, ano 2002. Crédito: Associação dos Jovens da Jureia – AJJ



Antigo Centro Espírita São Miguel Arcanjo (Casa de Sátiro Tavares), ano 2000. Crédito: Alik Wunder



Centro Espírita Reformado (Local de funcionamento da Escola Caiçara), ano 2003. Crédito: Associação dos Jovens da Jureia-AJJ



Roda de conversa para planejamento coletivo das ações da escola, ano 2002. Crédito: Alik Wunder



Dauro Marcos do Prado participando da reforma do Centro Espírita, local de funcionamento da ECJ. Ano de 2001. Crédito: Associação dos Jovens da Jureia - AJJ



Roda de conversa para planejamento coletivo das ações da escola, ano 2002. Crédito: Alik Wunder



Oficina de trançado de cestaria de Timbopéva, ano 2002. Crédito: Alik Wunder

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
PREFÁCIO	12
AGRADECIMENTOS.....	14
INTRODUÇÃO	16
I – O convite desafiador.....	24
1.1 - Ingresso na vida religiosa.....	30
1.2 - Retornando ao telefonema	33
1.3 - Pé na estrada	36
1.4 - Da AJJ para a Cachoeira do Guilherme	44
1.5 - Pé no rio Comprido, ou melhor, no barco... ..	48
1.6 - Chegada à Cachoeira do Guilherme	49
II – Em pleno coração da Jureia.....	55
2.1 - Minha primeira aula	56
2.2 - Planejamento da Escola Caiçara	57
2.3 - O retorno à escola	60
III - Relato das aulas na ECJ	62
3.1 - Aula de ciências. Tema: Os borrachudos.....	63
3.2 – Aulas na horta comunitária.....	63
3.3 - Visita às comunidades do Carvalho e Aguapéú	64
IV – Festejos e alguns acontecimentos	69
4.1 - Festa de São João	70

4.2 - Histórias ao pé do fogo	71
4.3 - Visita das educadoras	73
4.4 - Festa de São Miguel Arcanjo	74
4.5 - Visita à Escola Agrícola	75
4.6 - Polícia ambiental	75
V – Avaliando a experiência vivida	78
5.1 – Avaliações.....	79
5.2 - Retorno às aulas na ECJ	79
5.3 - Relatório e reivindicação do Ensino Médio	82
VI – Minhas anotações	83
6.1 - História da Cachoeira do Guilherme	84
6.2 - O silêncio é uma prece	85
6.3 - Da solidão	85
6.4 - A gente se adapta.....	86
6.5 - A cantoria é uma palestra	86
6.6 - Mutirão no Grajaúna	87
6.7 - Aniversário da telessala.....	87
6.8 - Últimas semanas de aula.....	88
6.9- O silêncio na sala de aula	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
POSFÁCIO.....	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96
LISTA DE SIGLAS	98

APRESENTAÇÃO

Ao ultrapassar uma década e meia do início de meu ingresso no magistério, que aconteceu em 2003, resolvi relatar minha experiência como professor na Escola Caiçara da Jureia-ECJ, na Cachoeira do Guilherme, coração da Jureia, município de Iguape, litoral sul do Estado de São Paulo.

O escrito que segue diz respeito ao meu retorno da cidade de São Paulo para o Vale do Ribeira e meu ingresso na ECJ por meio do projeto concebido e implantado pelas Comunidades Tradicionais Caiçaras da Jureia e Associação dos Jovens da Jureia-AJJ, em parceria com o Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas (NUPAUB), ONGs, pesquisadores e pesquisadoras que compartilham o ideal de manter a cultura caiçara em seu habitat de origem, preservando as peculiaridades do modo de viver tradicional.

O texto é composto de narrativas que expressam minha decisão de deixar a cidade de São Paulo e embrenhar-me nas matas da Jureia, indo morar numa comunidade tradicional onde exerci o ofício de professor caiçara por um ano e sete meses. Neste percurso, retomo a lembrança do dia em que recebi o convite para fazer parte do projeto da ECJ, minhas dúvidas, reflexões e a decisão definitiva de voltar para Iguape (SP).

Lembro-me das vezes que, já em Iguape, carregávamos as merendas nas costas, as mutucas pretas “de cabeça”, os pernilongos que nos atormentavam no caminho do Prelado com destino à ECJ. Além das dificuldades, relato também o privilégio (oportunidades únicas) que tive em poder me sentar ao pé do fogo ao lado de velhos caiçaras para ouvir histórias antigas e compartilhar os alimentos assados na brasa.

Este livro faz um breve registro do cotidiano na Escola Caiçara, mostrando a prática do mutirão de fandango, a vivência com experientes moradores do lugar, as caminhadas nas trilhas para a casa dos estudantes, as pescarias no rio Comprido, as conversas com mestres e tantas outras experiências e aprendizados sobre os saberes da vida caiçara.

PREFÁCIO

O mar, os rios, as cachoeiras, as matas, as montanhas, o céu, as estrelas, a lua, o dia e a noite, tudo está diretamente relacionado com a vida dos caiçaras, e por isso têm de estar em profunda harmonia cósmico-ambiental e serem vistos sob uma perspectiva holística.

De modo geral, os caiçaras vivem em harmoniosa relação com o meio ambiente. Isso se concretiza em seu próprio cotidiano e em sua linguagem, como também no trabalho, no lazer, nas danças, nas festas, na religião, na família, etc. Seu próprio ser torna-se imprescindível para a harmonia da natureza. Não se pensa em acumular bens capitalizados ou viver em função de distantes perspectivas. Ao caiçara interessa o imediato, o aqui e agora. Com isso, não estamos afirmando que não lhe interessa o futuro, mas sim que o presente já é o futuro vivido aqui e agora, e se tenta vivê-lo em sua plenitude e com o máximo de intensidade e criatividade. Em seu cotidiano se inserem também os sonhos, os desejos e as utopias, fazendo do presente um tempo oportuno onde se realizam os projetos e as metas no horizonte das realidades históricas e humanas.

Por meio da palavra, do conhecimento, do modo de falar e da memória, a realidade é reinterpretada no presente. Nas palavras de Beth Rondelli: “a memória é, portanto, instrumento privilegiado entre as pessoas que não utilizam a escrita para realizar suas transações econômicas, contratuais ou artísticas; é o registro da tradição, dos valores e conhecimentos da comunidade, desde coisas mais práticas, como a construção dos instrumentos de pesca, até a elaboração das concepções religiosas e artísticas. Assim, o sentido popular da palavra memória é poder criador, imaginação, talento poético”¹.

Nesse ambiente socioecológico, cultural, religioso e imaginário situamos o presente trabalho, cujo objetivo é oferecer ao leitor comum uma representação do cotidiano caiçara que passa pela cosmovisão, pelo cotidiano, pela linguagem e pela compreensão do próprio autor, recopilados nas palavras, nos discursos e nas narrativas ora apresentadas.

Como iguapense e caiçara, tenho a honra e a satisfação de contribuir com este trabalho, de autoria de meu grande amigo e conterrâneo caiçara Paulo Cesar Franco, que faz de sua memória um exercício da linguagem em um texto narrativo, juntando o senso-

¹ RONDELLI, Beth. *O Narrado e o Vivido: o processo comunicativo das narrativas orais entre pescadores do Maranhão*. Rio de Janeiro: Funarte - IBAC - Coordenação de Folclore e Cultura Popular, 1993, p. 33.

comum, a consciência crítica, sua intelectualidade, e sugerindo pautas para possíveis ações de ressignificação da ordem socioecológica e político-cultural das comunidades nativas do bairro "Cachoeira do Guilherme", situado no município de Iguape, no Estado de São Paulo.

Professor Dr. José Luiz Izidoro
Iguape, Porto do Ribeira, junho de 2019.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Deus da vida, pois acredito que dele emana a ideia e o verbo da construção do mundo e do que somos.

Aos meus pais (em memória), Pedro Estevam Franco e Domingas Prado Franco. À minha mãe, porque incansavelmente rezou para que eu voltasse para Iguape e aqui me estabelecesse. Ao meu pai, porque me fez rebelde diante do estudo.

A Dauro e ao meu saudoso irmão Odair. A Dauro, porque me localizou em São Paulo e me fez a proposta de vir dar aula na ECJ e por estar há mais de duas décadas lutando pela valorização e continuidade da Cultura Caiçara da Juréia. Ao meu irmão, por seu companheirismo e atitude mediadora, que possibilitou o contato do Dauro comigo e, conseqüentemente, meu retorno a Iguape.

Também agradeço às professoras Luiza Alonso da Silva, Alik Wunder, Márcia Nunes e ao professor Antônio Carlos Diegues. À Luiza Alonso e Alik Wunder, porque contribuíram no embasamento da proposta pedagógica diferenciada da ECJ, associando o currículo básico com o cotidiano comunitário da Cachoeira do Guilherme e adjacências. Ao professor Antônio Carlos Diegues e à pesquisadora Márcia Nunes, pelo financiamento e estruturação do espaço físico do Centro Espírita São Miguel Arcanjo, onde funcionou a ECJ.

Às famílias de Joaquim, seu Carlos Raimundo, Valdir e seu Estevão, que acreditaram na Escola Caiçara, matriculando seus filhos com esperança na comunidade da Cachoeira do Guilherme, e a outras comunidades situadas no interior da Juréia.

A Edno, que nunca se negou a fazer o transporte das merendas da Barra do Ribeira até o Porto do Prelado em seu bugue amarelo.

Aos amigos da AJJ, da AMAI, da administração da Barra, ao primo Renato e ao meu querido amigo Paulo Sérgio Molinari. Ao Renato, pela companhia até o porto do Prelado na primeira vez que fui à ECJ, e ao Paulo, que me emprestou sua bicicleta.

Ao amigo Rodrigo, que corrigiu e formatou este texto, e ao José Luiz Izidoro, que elaborou o prefácio.

Ao Dauro e à Adriana, que escreveram o posfácio deste livro, trazendo as atualizações do projeto da ECJ.

À minha esposa Marilene, "Táta", que leu atentamente e fez as devidas observações em meus escritos.

Aproximei-me da Escola Caiçara da Jureia no ano de 2002 e, durante dois anos (2002-2004), acompanhei o projeto como apoiadora, enquanto desenvolvia minha pesquisa de mestrado em educação em uma escola pública no entorno da Estação Ecológica Juréia-Itatins, Vale do Ribeira, SP. Dessa experiência trago muitos aprendizados para pensarmos possíveis caminhos para a conservação ambiental com respeito e abertura a outros saberes além daqueles gerados no campo acadêmico.

Viajar ao Vale do Ribeira é entrar em contato direto com o dilema entre a conservação da natureza e a manutenção dos direitos e da qualidade de vida dos homens e mulheres, é vivenciar os conflitos gerados pelas rígidas restrições ao uso da terra e dos recursos naturais e pelos processos de implantação e gestão de áreas protegidas. A criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins foi resultado da mobilização de grupos ambientalistas, em contrapartida a projetos governamentais e do setor privado que desconsideravam a importância da conservação ambiental: a instalação de duas usinas nucleares e a construção de condomínios de luxo. Na época de sua criação, viviam no local cerca de 320 famílias, que já habitavam a região há mais de três séculos, sobrevivendo da utilização dos recursos naturais como a pesca, a caça e o extrativismo vegetal.

Dentre os tipos de Unidades de Conservação, as Estações Ecológicas são as mais restritivas. Além das severas leis referentes aos usos dos recursos naturais, a falta de serviços básicos como os de saúde e educação dificulta a sobrevivência dos moradores e, em consequência disso, muitas famílias deixaram suas casas e migraram para bairros vizinhos. A partir da criação da Estação Ecológica, algumas das comunidades da Juréia passaram a se organizar para lutar por seus direitos à terra e ao uso de recursos naturais e pela valorização de aspectos da cultura local, como suas músicas, suas danças e suas práticas de manejo na agricultura, extrativismo vegetal, pesca e caça.

O projeto da Escola Caiçara da Juréia nasceu nesse contexto de luta. Uma escola

² Atua como professora e pesquisadora na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Pesquisa educação, filosofia contemporânea e imagem, em especial, fotografia. É pesquisadora da Linha de Pesquisa Arte e Linguagem em Educação e do Grupo de Estudos Audiovisuais - OLHO da Faculdade de Educação, Unicamp e colaboradora do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor).

comunitária idealizada por moradores, principalmente por aqueles que hoje moram em seu entorno. A escola buscou, a princípio, suprir a necessidade básica das crianças e jovens que moram na Juréia. No entanto, a ideia que moveu sua criação foi o desejo das famílias de verem esse local reabitado com o retorno de seus filhos, e de os verem aprendendo não só os saberes escolares, mas também aqueles locais, relacionados à pesca, agricultura, extrativismo, arte, culinária, cura, dança, música, religião, enfim, aqueles saberes que se construíram e se constroem na relação próxima com a natureza. Os sentidos desta escola passam pela resistência cultural e política, união e coesão da comunidade, resgate do passado e das tradições, esperança de novos horizontes, bem como pela possibilidade de criar projetos de geração de renda e sustentabilidade ambiental.

A Escola Caiçara foi criada em 2002, a partir do trabalho cooperativo da comunidade, tendo várias instituições apoiadoras, dentre as quais: universidades, ONGs, poder público local e estadual e associações locais. O trabalho foi articulado pela Associação dos Jovens da Juréia (AJJ), formada por famílias provindas da Juréia, que hoje vivem na Barra do Ribeira, bairro de Iguape, e lutam pelo direito de retorno às suas terras e buscam novas perspectivas de renda nesse contexto de conservação ambiental.

Participei, junto com a educadora Luiza Alonso, da idealização da escola desde os primeiros encontros. Com Luiza, a experiência de acompanhar a criação da Escola Caiçara ganhou profundidade em razão de seu vasto conhecimento sobre Educação Popular e sobre o Vale do Ribeira, onde atuou por décadas na coordenação de escolas rurais (Unidades Escolares de Ações Comunitárias – UEACs), na formação de professores e de monitores ambientais. Nossa participação no projeto envolvia auxílio na sistematização escrita do projeto, no registro fotográfico, na construção coletiva das primeiras ideias de um plano pedagógico, nas negociações com as instituições apoiadoras, principalmente com o poder público municipal e estadual.

Durante dois anos de trabalho definimos uma dinâmica na qual se realizaram encontros mensais na comunidade, com reuniões de avaliação e planejamento participativo da escola, bem como atividades coletivas relacionadas à cultura local, tais como mutirões de plantio em horta e roça, oficina de cestaria, curso de folia de bandeira e festas animadas pelos tocadores de viola, rabeca, timba e pandeiro, no ritmo do “passadinho”, dança circular local.

O maior desafio do projeto era a dispersão espacial das comunidades e o êxodo das famílias para os centros urbanos por falta de sustentabilidade financeira. Desta forma, o projeto da “Escola Caiçara da Jureia” também visava criar possibilidades de subsistência aos moradores que ainda estão na Jureia ou àqueles que se localizam nas cidades vizinhas e queiram retornar com seus filhos.

Em algumas das narrativas dos moradores da Jureia e idealizadores da escola percebemos uma dicotomização entre a conservação ambiental, nos moldes que regem a Estação Ecológica, e a possibilidade de continuidade da tradição local. É o que se compreende do histórico dessas famílias que tiveram suas práticas cotidianas, como roçado, pesca e caça, criminalizadas e viram-se muitas vezes obrigadas a deixar suas casas. Juntamente a essa polarização entre conservação e cultura local, nas narrativas daqueles que deixaram a Juréia e se relacionam continuamente com grupos organizados, como comunidade quilombola, associações de monitores ambientais, sindicatos rurais, ONGs, acadêmicos socioambientalistas e pessoas ligadas ao mercado do turismo ecológico e cultural, percebemos pontos de encontro com outras formas de pensamento ambientalista que esboçam possibilidades de saídas à situação de crescente abandono da Juréia.

O projeto da escola alavancou também outros projetos ligados à geração de renda a partir de processos considerados ambientalmente sustentáveis, como o manejo de palmito e bromélias, que já ocorreu em outras localidades do Vale do Ribeira. A escola foi, assim, um espaço de experimentação para uma proposta maior de criação de áreas de desenvolvimento sustentável no interior da Estação, proposta que foi amplamente discutida e planejada junto com pesquisadores da área ambiental e lideranças políticas da região, e que efetivamente se realizou nos anos posteriores. A Escola Caiçara trouxe explicitamente a intenção de reformular práticas locais e, ao mesmo tempo, reforçar o vínculo da nova geração com o território e o modo de vida caiçara.

A narrativa de Paulo Cesar Franco, Professor Paulinho da Juréia, entra no cotidiano vivo da Escola Caiçara. Luiza Alonso e eu encontramos Paulinho em alguns momentos durante o ano de 2003; no entanto, nossa atuação mais intensa deu-se no ano anterior, quando a escola estava em planejamento e construção. Foi depois de alguns anos, já no momento em que Paulinho desenvolvia sua dissertação de mestrado, que pude entrar em contato com esta narrativa que expõe como o projeto de escola comunitária aconteceu,

pela força da resistência caiçara entre as matas da Juréia.

As palavras de Paulinho são moldadas pelas mãos de um narrador, que deixa suas marcas e também as de outros. Trabalha a matéria-prima da experiência transformando-a numa narrativa única, uma escrita artesanal, singular e, ao mesmo tempo, atravessada por um mutirão de vozes, vozes silenciadas que, em seu texto, deixam-se ouvir pela arte de bem narrar: os modos de narrar caiçaras. Por este texto compreendemos que os saberes estão imbricados com as linguagens, que não é possível falar de relação entre diferentes culturas se não pensarmos no papel da linguagem na produção dos saberes: a linguagem oral, a narrativa, a música, o canto, o silêncio fazem parte dos saberes caiçaras.

Um dia, na biblioteca da Escola Sebastiana Muniz Paiva, na Barra do Ribeira, onde fiz meu mestrado, consultei o livro "A aula" de Roland Barthes. Nele, encontrei estas palavras:

A literatura trabalha nos interstícios da ciência. A ciência é grosseira, a vida é sutil, e é para corrigir esta distância que a literatura nos importa. Por outro lado, o saber que ela mobiliza nunca é inteiro nem derradeiro: a literatura não diz que sabe alguma coisa, mas que sabe de alguma coisa, ou melhor, que ela sabe algo das coisas - que sabe muito sobre os homens. Porque ela encena a linguagem, ao invés de simplesmente utilizá-la, a literatura engrena o saber no rolamento da reflexividade infinita: através da escritura o saber reflete incessantemente sobre o saber. (BARTHES, 1989, p. 18-19).

Fui remetida a este trecho ao embarcar no movimento literário da narrativa de Paulinho. É raro lermos um trabalho que não seja sobre os caiçaras, mas de um caiçara, afirmando e defendendo o potencial de uma cultura que é sua. Fiquei muito emocionada com a leitura, pois há sutilezas na escrita que somente um professor-pesquisador caiçara poderia trazer. É na escrita e nos acontecimentos que uma identidade se construiu nas dobras de fora e de dentro da subjetividade. Uma identidade cultural, caiçara, que se afirmou e se transformou na experiência com os iguais e com os diferentes.

Sinto-me honrada por ter feito parte desta importante história de luta, resistência e criatividade caiçara. Sinto-me honrada por ter estado com Luiza Alonso contribuindo e aprendendo com as famílias e comunidades da Juréia. Sinto-me honrada por fazer parte deste relato sensível e profundo que nos presenteia Paulo Cesar Franco, Professor Paulinho da Juréia. O cheiro constante do café, os sorrisos acolhedores, as risadas sonoras, os giros do passadinho, o ritmo do fandango, os sons noturnos da mata, as rezas no centro espírita, as águas límpidas da Cachoeira do Guilherme, as caminhadas pelas trilhas da mata e as

infinitas histórias ouvidas sobre os diferentes tempos deste lugar, Juréia, são as marcas mais ricas que esta Escola Caiçara deixou em mim, saberes que extrapolam qualquer Projeto Político Pedagógico de uma escola formal. A Escola Caiçara da Juréia extrapolou paredes, territórios e tempos. Foi uma experimentação coletiva entre pessoas, matas, rio e cachoeiras, e continua viva nos gestos, projetos, palavras e pensamentos de cada um e de cada uma que viveu esta história. Sinto-me honrada por ser uma dessas pessoas e por estar presente neste belo relato literário.



CACHOEIRA DO GUILHERME

Cachoeira do Guilherme,
Cachoeira do Guilherme,
Tu tens história para contar.

Começa lá no Henrique,
Começa lá no Henrique,
Que para a Juréia foi morar.

Pariquera já não dava,
Para viver como sonhava,
A família de Tavares.

Dessa vez a religião,
Até que enfim topou um chão,
Proferiu Néco Tavares.

Religião e confusão,
Não combinavam com a missão;
Vamos embora camaradas.

Meus irmãos, o mutirão,
Seja nossa união,
Nossa força na enxada.

Pelas águas do Ribeira,
Descendo a correnteza,
Uma canoa seguia cheia.

A cidade aqui comanda,
Mas ajuda aqui não manda,
Para cuidar da irmandade.

De um povo que aceitava,
Vivia, cria e praticava,
Os conselhos de Tavares.

Uma ajuda vem de fora,
Para fazer de nossa história,
Uma nova comunidade.

Pelas serras e lombadas,
Vargedos e capuavas,
Nova terra se avistava.

Além disso, outro dito,
Proferido entre os gritos,
Não poupou a realidade.

Rio Comprido, água escura,
Peixe, terra, bom monturo,
Aqui vai ser nossa morada.

Manequinho, quando vivo,
Disse que o Rio Comprido,
Voltaria a ser selvagem.

Ao longo do rio escuro,
Seu povo se viu seguro,
Para seguir novo trabalho.

Muitos creem que a profecia,
Já está em nossos dias,
Nos sinais da alvorada.

MÚSICA DA ESCOLA CAIÇARA DA JURÉIA

A Escola Caiçara da Juréia,
É um projeto discutido,
Nasceu da necessidade,
De se preservar os antigos.

Os antigos são histórias,
Tradições de nossa gente,
São memórias caiçaras,
Que hoje estão presentes.

O presente dessa história,
Encontra-se ameaçado,
Pois depende das pessoas,
Querer preservar o passado.

O resgate da cultura,
Não se faz de papeladas,
Mas depende da vontade,
Que vem da comunidade.

A memória de um povo,
É sua própria identidade,
Quem não tem memória curta,
Nunca esquece o passado.

O passado da Juréia,
Tem história para contar,
Começa lá nos Antigos,
Que não podemos ignorar.

Antes dos maus grileiros,
Que lá foram atormentar,
Os Antigos Caiçaras,
Plantavam para se alimentar.

Com o projeto da usina,
Veio a proibição,
A Nuclebrás tirou a lavoura,
E o feijão de nosso chão.

Quando veio a Ecologia,
Nova história começou,
Desta vez foi a mandioca,
Que da roça se acabou.

Hoje o povo na cidade,
Lembra o tempo dos avós,
Tenta matar a saudade,
Pelo som de um gravador.

Mas, caiçara é aguerrido,
Mesmo sendo devagar,
Costume do povo indígena,
Que nunca ficou pra trás.

O projeto da escola,
Visa a história resgatar,
Conservando a natureza,
Sem medo de labutar.

A memória dos antigos,
São as nossas tradições,
São forças e ferramentas,
Que estão em nossas mãos.

Vamos nesse(a) companheiro(a),
Nossa história continuar,
Somos nós os pioneiros,
De essa história partilhar.

Capítulo 1

O convite desafiador

A metrópole paulistana foi ficando para trás. O ingrediente asfáltico, que outrora predominava em meu cotidiano urbano, começava a entrar em desvantagem em relação à majestosa Mata Atlântica que se adensava conforme eu adentrava o Vale do Ribeira. O silêncio agigantou-se à minha frente em meio à paisagem natural, aviventando o espírito caçara. Assim era eu voltando para Iguape. (Caderno de anotações, maio de 2003)



Numa manhã do mês de abril de 2003, quando morava na zona sul da cidade de São Paulo, recebi uma proposta que mudou o rumo do meu projeto de vida. Tratava-se de um projeto que me convidava a lecionar numa escola caiçara situada na comunidade tradicional da Cachoeira do Guilherme, no interior da Estação Ecológica de Juréia-Itatins, no município de Iguape, litoral sul de São Paulo. A proposta foi feita através de telefonema de uma importante liderança das comunidades tradicionais caiçaras da Jureia, Dauro Marcos do Prado³, com o qual não tinha contato desde 1993, ocasião em que participamos de um encontro sobre a cultura caiçara no município de São Sebastião, litoral norte paulista, intitulado Povos do Mar⁴.

Surpreso pelo contato, enquanto conversávamos ao telefone mergulhei no tempo, indo até uma tarde ensolarada quando, com alguns colegas, consertamos uma cerca do pasto da Escola Agrícola de Iguape⁵, escola em que me formei Técnico em Agropecuária no ano de 1994. Naquela tarde, o vice-diretor da escola, professor Márcio, parou o carro próximo de nós e me chamou para conversar. Atendendo à solicitação, arreei minhas ferramentas e fui ao seu encontro. Ao me aproximar, vi que ele segurava um envelope branco e apresentava um olhar confiante em minha direção. Mostrando-se apressado, cumprimentou-me e me entregou o envelope pedindo que, por gentileza, o lesse somente após o término do serviço, para não atrasar o trabalho. Batendo em meu ombro, deu meia volta e seguiu viagem em seu carro. Enquanto o carro se afastava e o ronco do motor diminuía, permaneci ali na estrada por alguns instantes olhando curioso para o envelope e com muita vontade de abri-lo, mas em respeito à recomendação do professor decidi não ceder à minha vontade naquele momento.

De volta ao trabalho, enfrentei a “pressão” dos meus colegas, que queriam saber do que tratava o conteúdo, mas não cedi aos incessantes pedidos dos curiosos e mantive firme o trato com o professor de ler a carta somente em meu quarto e sozinho. Aquela experiência que vivi no pasto da Escola Agrícola foi um momento marcante em minha vida, pois, como concebe Aspis,

³. Dauro Marcos do Prado é caiçara da Jureia e membro da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, e luta há mais de vinte anos junto com as comunidades tradicionais caiçaras da Jureia pelo direito ao território e à manutenção da cultura caiçara em seu local de origem.

⁴. Encontro intitulado “São Sebastião tem Alma” – Povos do Mar.

⁵. Disponível em: <<http://www.etcagricoladeiguape.com.br>>. Acesso em: 2 jan. 2016.

A experiência é aquela coisa que, ao acontecer a alguém, transforma essa pessoa, que já não é mais a mesma. É algo que atravessa seu pensamento, suas ideias e faz com que já não possa mais ser o mesmo. Algo se passa, toca e é apreendido de forma transformadora (ASPIS, 2009, p. 16).

Sempre que passo em frente à Escola Agrícola lembro-me daquela experiência. O recebimento daquele simples envelope significou uma atitude de estranhamento. Por que o professor havia me escolhido para entregar o envelope? Por que me desejara sucesso? Qual teria sido o critério dele?



Pátio da Escola Agrícola de Iguape, ano 1993. Crédito: João Pires

Após o término de nossa obrigação, deixamos o pasto e seguimos diretamente para o refeitório, a fim de jantar. Na fila da janta, não conseguia parar de pensar no envelope e minha atenção não se desviava da experiência que havia vivido. Terminado o jantar, segui para meu quarto, fui tomar um banho merecido e depois deitei em minha cama, onde pude ler a carta com tranquilidade. Ao retirá-la do envelope, deparei-me com um convite para um encontro sobre Comunidades Tradicionais Caiçaras que aconteceria em São Sebastião, no litoral norte paulista. Finalizada a leitura, meu sentimento diante daquelas palavras foi de uma ligeira decepção, pois na verdade eu esperava receber uma proposta

de estágio ou de trabalho, como acontecia com alguns alunos que cursavam o último ano de agropecuária.

Retornei a carta para dentro do envelope e a coloquei debaixo de meu travesseiro; passados alguns instantes, resolvi descansar para no dia seguinte voltar às atividades cotidianas. A sucessão dos dias foi me proporcionando reflexões a respeito do “porquê” de o vice-diretor me ter escolhido para entregar o convite. Seria porque eu havia apresentado um trabalho sobre a fabricação artesanal da farinha de mandioca na aula de geografia do professor Oswaldo Damião? Talvez esta fosse a hipótese mais aproximada, mesmo assim continuei em dúvida. Certo dia, realizando uma planilha de topografia, um trabalho que adentrava a noite, decidi que iria participar do encontro e, a partir dali, passei a fazer tudo como orientado na carta, enquanto a data da viagem se aproximava.

Depois da decepção, da angústia e da dúvida, finalmente cheguei à decisão e ao dia da partida. De mala arrumada, numa manhã do verão de 1993, deixei meu quarto no IV conjunto de dormitórios e me dirigi ao refeitório. Ao longo do caminho, as gramas e capins molhados pelo orvalho da madrugada compunham uma paisagem semelhante à de uma região de nevasca. Passando por ali, meus calçados iam umedecendo em contato com as plantinhas orvalhadas que se preparavam para receber o calor do dia que já vinha se aprontando naquele amanhecer.



Cozinha da Escola Agrícola de Iguape, ano 1994. Crédito: Tereza Cristina.

Ao me aproximar do refeitório, senti o aroma do café que chegava da cozinha e, quando avistei o vigia da escola, pedi que me servisse do café antes do horário por causa de minha viagem. Recebendo a autorização, fui ao refeitório enquanto o dia clareava. Por volta das 6h30 cheguei à Rodovia Casimiro Teixeira, que passa em frente à Escola Agrícola, e lá esperei o ônibus que me levaria ao litoral norte paulista. Pouco tempo depois a condução encostou e, logo que subi no ônibus, Dauro, responsável pela condução, veio me cumprimentar e apontou um assento, para onde fui me acomodar. Enquanto seguia para o assento, cumprimentei as pessoas e sentei-me ao lado de um senhor, com quem fui conversando durante a viagem.

Depois de horas viajando por estradas sinuosas e pela beira da praia, passando por cidades e comunidades caiçaras, chegamos ao nosso destino. Fomos bem recebidos na cidade de São Sebastião pelos organizadores do evento, que nos esperavam para o encontro. Fomos bem acomodados e, após o descanso da viagem, enquanto os organizadores finalizavam os preparativos do evento, aproveitei para conhecer o local e as pessoas que participavam do encontro. Em um banner, fixado à frente do salão do evento, estava escrita a seguinte frase: São Sebastião tem Alma. Tema: Povos do Mar⁶. Caminhando por ali, encontrei Dauro novamente e, apesar de sua pressa, pois estava ajudando na organização, conseguimos conversar um pouco a respeito da situação das Comunidades Tradicionais da Juréia. Assuntando sobre os caiçaras, ouvi dele que as leis ambientais estavam dificultando a permanência das famílias em seu território de origem, pois elas não podiam mais plantar, reformar casas, bem como praticar outras atividades culturais no território.

Comentando sobre as coerções sofridas pelas comunidades, Dauro citou o caso de seus pais, que foram processados em 1986 quando faziam uma roça de mandioca para uso familiar. Segundo Dauro, em razão da humilhação que sofreram, ele decidiu participar da luta para que o caiçara da Jureia reconquistasse o direito de habitar em seu território de origem. Aproveitando a ocasião, também falei da expulsão de meus pais da Jureia em 1986, quando foi criada a Estação Ecológica Juréia-Itatins - EEJI⁷. Comentei que, naquela

⁶. Disponível em: <<http://www.povosdomar.com.br>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

⁷. A EEJI situa-se a aproximadamente 150 km da cidade de São Paulo (24°18'47" - 24°36'10" S e 47°00'03" - 47°30'07" W). Possui área de 79.230 ha, abrangendo terras pertencentes aos municípios de Peruíbe (10,55% - Baixada Santista), Iguape (79,15%), Itariri (4,10%) e Miracatu (6,20%). O decreto de criação data de 20 de janeiro de 1986 (Dec. Est. nº 24.646). Está inserida no domínio da Floresta Tropical Úmida (Mata Atlântica - com vários ecossistemas associados: dunas, restingas, manguezais, campos de altitude), representando elevada importância ambiental para os estudos

ocasião, por ser adolescente e por ter me mudado para a comunidade da Vila Nova, onde moro atualmente, não vivenciei de perto a luta dos caiçaras da Jureia pelo direito ao território, mas disse que daquele momento em diante eu estava disposto a colaborar com a luta caiçara.

Durante o encontro, conversamos brevemente sobre o tema e também a importância do fortalecimento das comunidades caiçaras da Jureia no sentido de garantir legalmente a permanência das famílias no território de origem para que a cultura local e os valores da Juréia tenham continuidade. A vivência que tive durante o encontro dos Povos do Mar, pela participação nos grupos de trabalho, palestras, oficinas, conversas e compartilhamento de experiências, proporcionou-me uma nova visão sobre o universo da cultura caiçara, que superou minha expectativa em relação ao que eu imaginava aprender de novo sobre minha origem.

No retorno a Iguape, viemos parando em algumas praias no caminho. Em Toque-Toque Pequeno, por exemplo, uma praia de tombo, fiquei por alguns minutos olhando a imensidão do mar. Enquanto minha visão se perdia na limpidez daquela água salgada, minha mente percorria o caminho de minha história de criança à beira da praia da Juréia. Comparei a vivência de uma criança ali no litoral norte quando começou a especulação imobiliária e a minha realidade na Juréia no tempo da Estação Ecológica. Seriam as duas realidades semelhantes em relação à perda de identidades? De espaço? De território? Enquanto me detinha naquelas reflexões, minhas hipóteses referentes ao conteúdo do envelope pairavam em minha consciência, projetando-me para novos mundos imaginários... De volta à Escola Agrícola, dei continuidade aos meus estudos, mas não consegui mais falar com o professor Márcio, pois ele havia deixado a direção.

O entusiasmo pelo estudo da cultura caiçara e a vontade de encontrar a resposta à minha hipótese sobre o envelope permanecia latente em mim. Havia superado minha decepção de não receber um convite para estágio remunerado e seguia, dali para a frente, entusiasmado com o encontro de São Sebastião. No final de 1994, após a conclusão do curso em Agropecuária, entrei no Seminário do Verbo Divino, onde permaneci por sete anos, e durante minha experiência religiosa não me comuniquei mais com o líder caiçara ecossistêmicos e suas inter-relações. A área abriga também inúmeras espécies da fauna e flora, algumas endêmicas, além de grande concentração de sambaquis e outras evidências arqueológicas (NUNES, 2003. p. 51).

Dauro Marcos do Prado.

1.1 - Ingresso na vida religiosa

No início de 1995, cheguei à cidade de Araraquara, morada do Sol, onde iniciei minha experiência religiosa na Congregação dos Missionários do Verbo Divino-SVD⁸. Começava naquele ano meu estudo propedêutico, etapa da formação religiosa que tem por objetivo aproximar o seminarista à vida de oração, estudo bíblico e pastoral comunitária. Vivendo em Araraquara, meus conhecimentos em agropecuária reduziram-se às atividades práticas nas hortas comunitárias, e meus estudos sobre a cultura caiçara só eram aviventados quando recebíamos visitas de padres e seminaristas do Vale do Ribeira. A experiência propedêutica focava prioritariamente a vida comunitária e a formação religiosa cristã.

Mas, por que havia optado pelo seminário? Para responder tal pergunta é necessário falar um pouco sobre minha infância e adolescência na Juréia. Dizer que quando foi implantada a Estação Ecológica Juréia-Itatins-EEJI, no município de Iguape, litoral sul paulista, centenas de famílias caiçaras foram expulsas das suas casas e tiveram que migrar para as periferias das cidades de Iguape, Peruíbe e outras localidades do Vale do Ribeira e Baixada Santista. Utilizando da força policial e de outras estratégias coercivas, o governo paulista silenciou e fragmentou as comunidades tradicionais que lentamente foram deixando o território de origem.

Proibidos de plantar as roças de mandioca, reformar a casa, pescar, roçar trilhas de acesso e praticar as atividades culturais que herdaram de seus antepassados, meus pais foram forçados a deixar o território caiçara e migrar. Mas, migrar para onde? Por sorte, meus irmãos, Odair e Cleonice, adquiriram em 1986 um pequeno terreno na comunidade da Vila Nova, vizinha do bairro de Icapara/Iguape onde construíram uma humilde casinha para meus pais.

Na comunidade da Vila Nova, que Cavanagh (2005) definiu como “pequena comunidade lagunar situada na extremidade norte do sistema estuarino-lagunar Iguape-Cananeia, a sudoeste do Estado de São Paulo” (CAVANAGH, 2005, p.147), comecei a

⁸. Disponível em: <<http://www.verbodivino.org.br>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

pescar manjuba, peixe típico da região de Iguape, integrei o time de futebol da localidade, continuei meus estudos e também compus a equipe que fundou a comunidade católica do bairro.

Integrando-me à igreja católica, depois de certo tempo assumi o cargo de coordenador da comunidade e, no desenvolvimento da função, conheci padres e seminaristas da Congregação dos Missionários do Verbo Divino, que me motivaram a entrar no seminário. Em 1995, após participar de vários encontros vocacionais em São Paulo, decidi entrar para a vida religiosa e, assim, tornei-me um seminarista propedêuta. Em 1996, conclui o propedêutico e comecei meu curso de Filosofia em São Paulo. Durante o curso, fazíamos pastorais nas comunidades periféricas da zona sul de São Paulo, localizadas no Parque Araríba, Vila das Belezas, Jardim São Luiz e Jardim São Roque. Nessas comunidades vivi experiências significativas em meio à realidade sofrida, mas muito acolhedora, das famílias que fomos conhecendo pelo caminho.



Seminário do Verbo Divino - Vida religiosa. Crédito: Laudecir Silva

Os primeiros contatos que tive com as comunidades causaram-me estranhamento. Estranhamento pela proximidade das casas e pela falta de espaços para as crianças brincarem. Estranhamento por conhecer e conviver com famílias que moravam em casas construídas em cima de esgotos e em outros espaços reduzidos. Estranhamento por encontrar naqueles espaços o carinho e o acolhimento das pessoas em meio à violência e à exclusão social. O estudo da Filosofia, a vida comunitária e as pastorais nas periferias me proporcionaram reflexões, consciência crítica, experiências enriquecedoras, que muito me ajudaram em meu crescimento pessoal.

Em 1998 concluí a Faculdade de Filosofia e no ano seguinte fui morar na cidade de Juquiá, Vale do Ribeira, litoral sul paulista, onde continuei a formação seminarística na etapa do noviciado. O período do noviciado foi de intensa convivência comunitária e vida de oração. Uma ocasião de aprender a silenciar interiormente e refletir sobre a vocação missionária. Um tempo de viver conflitos pessoais e de responder existencialmente à dramaticidade da hora atual, conforme disse nosso patrono (FREIRE, 1987, p. 29).

Em 2000, ano em que terminei minha experiência no noviciado, voltei a São Paulo (capital da fumaça) e fui morar no bairro Jardim Miriam, onde retornei aos trabalhos pastorais e entrei no Instituto de Teologia- ITESP⁹. No decorrer dos estudos teológicos fui discernindo minha vocação religiosa e, em certo momento de minha caminhada, compreendi que devia pedir afastamento da Congregação do Verbo Divino, pois não sentia mais o chamado para continuar buscando o caminho da vida religiosa.

Voltando a ser leigo, no início de 2002 comecei a trabalhar de Agente Educacional em um albergue (Pousada da Esperança) administrado pela Associação Rede Rua¹⁰, entidade filantrópica ligada à Congregação dos Missionários do Verbo Divino. A entidade está situada atualmente na Rua Sampaio Moreira, 110, casa 9, Brás, São Paulo, e atende a população de rua oferecendo apoio e assistência social para que os albergados recuperem sua dignidade e consigam sua reinserção social. Foi nesse contexto que recebi, em abril de 2003, a proposta desafiadora aqui descrita.

⁹. Disponível em: <<http://itresp.tempsite.ws/joomla>>. Acesso em: 1 jan. 2016.

¹⁰. Disponível em: <<http://www.rederua.org.br>>. Acesso em: 1 jan. 2016.

1.2 - Retornando ao telefonema

Retornando à conversa ao telefone, lembro-me de que Dauro Marcos do Prado chegou ao objetivo central da ligação. Disse que estava me ligando porque pretendia me convidar para integrar um projeto educacional na comunidade da Cachoeira do Guilherme, localidade conhecida como o “Coração da Jureia”. Segundo Dauro, o projeto fazia parte de uma parceria entre a Associação dos Jovens da Juréia¹¹ e o Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras-NUPAUB/USP¹², situado no Centro de Estudos Caiçaras (CEC), em Iguape, e coordenado pelo Professor Antônio Carlos Sant’Ana Diegues. Nas palavras do líder caiçara, o projeto educacional intitulado Escola Caiçara da Juréia¹³ estava se estruturando como escola popular e precisava de um professor caiçara para trabalhar com a população local.

[...] Paulo, nós precisamos de um professor que seja de preferência caiçara para lecionar lá no Guilherme. No momento já está lecionando uma professora de primeira à quarta série que é de família caiçara. Ontem eu estive no departamento de educação da Prefeitura de Iguape olhando a lista dos professores na intenção de encontrar alguém que fosse daquela região, mas não localizei ninguém. Mas, à tarde, encontrei seu irmão, Odair, e ele me falou que você tem interesse em vir dar aulas aqui em Iguape. Então, eu fiquei animado e peguei seu contato. Portanto, hoje estou te ligando para convidar você a vir fazer parte do nosso projeto, que tem como objetivo criar uma Escola Caiçara com currículo diferenciado, manter as comunidades tradicionais caiçaras na Jureia, enfim, valorizar a cultura caiçara. Você é nosso convidado. Mas, você precisa dar uma resposta logo, pois temos prazo para dar entrada no pedido de abertura da sala de ensino fundamental na diretoria de Ensino de Miracatu. Para isso, precisamos ter um professor inscrito lá. Você topa este convite? Precisamos de uma resposta sua com urgência. Caso contrário, tenho que procurar outro professor ou professora que queira ir para lá. Você pensa neste convite e a gente volta a se falar em breve, tudo bem? [...] (Dauro Marcos do Prado. Caderno de anotações, maio de 2003).

Sem muito saber o que falar no momento, pois sentia um misto de querer e não querer, resolvi aceitar a ideia de voltar a nos falar e finalizamos a conversa. Após desligar o telefone, deixei a sala e fui para a janela lateral de meu quarto de dormir. Enquanto refletia sobre a proposta, meus olhos viajavam pelas paisagens urbanas do Jardim São

¹¹. Disponível em: <<https://ajjureia.wordpress.com>>. Acesso em: 25 out. 2014.

¹². Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br>>. Acesso em: 20 set. 2012.

¹³. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-672520030003000008&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 jun. 2013.

Luiz, incidindo nas centenas de casas de tijolos à vista, cimento, telhados e pipas coloridos. Uma das reflexões em que me vi imerso foi sobre se eu deveria continuar na cidade de São Paulo, onde tinha meu emprego garantido e onde poderia continuar meus estudos com mais facilidade, ou se deixaria a suposta segurança e me embrenharia na Mata Atlântica da Jureia. Deveria voltar para minha terra natal e viver com meu povo e fazer parte da luta pela permanência da cultura caiçara da Jureia? Deveria abraçar aquele ideal ou não? O que fazer?

Ao mesmo tempo que sentia que minhas raízes caiçaras estavam fortemente arraigadas em minha cultura, em minha família, em meu povo, não conseguia negar meu apego pela vida urbana de sete anos na capital paulista. As luzes, a correria, a agitação, os cinemas, a Avenida Paulista... Sentia-me num momento de indefinição! Vivi alguns dias de intensas e cuidadosas reflexões. Durante os giros incessantes do pensar sobre minha decisão de deixar São Paulo, lembrei-me de uma inscrição que havia feito na Diretoria de Ensino da Região de Miracatu¹⁴, em fevereiro de 2002, com o objetivo de dar aula em Iguape. Naquela ocasião, estava em férias na casa de minha mãe e procurava saber se haveria a possibilidade de lecionar filosofia nas escolas públicas, em bairros próximos à casa de minha mãe, pois, na verdade, eu tinha a intenção de voltar para perto dela, trabalhar nas redondezas e desenvolver projetos com a Cultura Caiçara.

No entanto, quando soube do reduzido número de aulas disponíveis, não me animei a deixar São Paulo e acabei adiando meu retorno ao Vale do Ribeira. Com o convite para lecionar na Escola Caiçara da Juréia, que me colocou num constante processo de reflexão, passei a pensar sobre o sentido da inscrição que havia feito na Diretoria de Ensino de Miracatu. Imaginei como seria viver em uma comunidade isolada, com acesso por trilhas ponteadas e alagadas, com muitos pernilongos e borrachudos por toda parte e a necessidade de canoas para chegar à escola e às comunidades. Mas também sonhava com um projeto que me permitisse viver uma experiência de resgate das tradições de meus antepassados, como poder fazer minha própria farinha de mandioca, contar histórias em torno do fogão à lenha e contribuir na formação das crianças e jovens caiçaras, bem como na valorização da cultura caiçara.

¹⁴. Disponível em: <<http://demiracatu.educacao.sp.gov.br>>. Acesso em: 2 jun. 2013.

Nesse sentido, a inscrição na diretoria de ensino não seria um prenúncio desta decisão que eu viria a tomar? Ou seria apenas uma coincidência? Após vinte dias de intensa reflexão sobre meu projeto de vida, Dauro me ligou novamente. Queria saber da minha decisão. Precisava que eu desse uma resposta urgente e definitiva, pois o professor Diegues necessitava de minha confirmação para assinar o contrato entre NUPAUB, AJJ e Diretoria de Ensino de Miracatu. Apesar da urgência da resposta, eu ainda não estava seguro o suficiente para responder definitivamente. Pedi mais alguns dias, mas Dauro insistia na rapidez de minha resposta, uma vez que a Diretoria de Ensino pressionava o NUPAUB/USP para apresentar um professor, o que, se não ocorresse, implicaria a não aprovação do ensino fundamental, ciclo II. Começava naquele momento minha desvinculação da Pousada Esperança, local de meu primeiro trabalho registrado em carteira.

Durante o tempo em que trabalhei no Albergue Pousada Esperança, dediquei-me na construção de uma sólida amizade com minha coordenadora, Ceninha, bem como com meus colegas de trabalho. Enfrentei várias dificuldades nos primeiros meses de trabalho, quando precisei atender pessoas alcoolizadas e violentas. A formação que obtive nos cursos promovidos pela prefeitura em parceria com o Albergue possibilitou-me entender melhor a população de rua e procurar atender melhor aqueles que vinham pedir nosso apoio. As experiências vividas no Albergue me ensinaram o compromisso com o objetivo do projeto para o povo de rua e proporcionaram o amadurecimento de meu projeto de vida.

Foi numa madrugada fria do mês de maio de 2003, quando me encontrava trabalhando solitariamente num setor da Pousada da Esperança, que tomei a firme decisão de pedir minha demissão. Estava decidido a voltar para minha terra natal. Sentia uma profunda alegria em minha alma por ter conseguido chegar àquela decisão. Os dias de intensas reflexões que vinha vivendo resultaram numa decisão concreta e definitiva: apostar tudo no meu projeto de vida e ser professor na Escola Caiçara da Juréia. No dia seguinte, procurei imediatamente a coordenadora do albergue e expus minha decisão. Embora ela tenha me apoiado, respeitando minha decisão, não deixou de fazer importantes observações sobre meu retorno ao Vale do Ribeira, principalmente a Iguape, onde a realidade era bem mais difícil. Desejou-me sucesso em minha nova missão e me orientou sobre como fazer para encaminhar meu pedido de rescisão de contrato. Depois da conversa, falei com meus

colegas de trabalho e à noite eles fizeram uma confraternização de despedida para mim. No dia seguinte, também me despedi dos usuários do albergue e rumei para meu quarto alugado, no Jardim São Luiz, onde me organizei para partir definitivamente da terra da garoa¹⁵ para o Vale do Ribeira.

1.3 - Pé na estrada

Após acertar minhas contas na cidade de São Paulo, pagar o aluguel e me despedir dos vizinhos, com quem tive boa convivência, em especial com a família de Dona Diocene, mãe de minha coordenadora Ceninha, senti-me pronto para seguir de mala e cuia com destino ao terminal rodoviário da Barra Funda. Meu sentimento, naquele momento de despedida do bairro onde morei por mais de meia década, era de felicidade e certeza de que havia acertado em minha escolha, mas também não conseguia negar a existência da saudade que se fazia presente da capital que não desperta, apenas acerta a sua posição¹⁶. Interiormente apressava-me, pois queria juntar-me aos moradores da Jureia na luta pela mobilização e pelo direito de permanecer na terra e manter a cultura tradicional caiçara viva. Pensava na felicidade de estar junto de minha mãe. Naquele movimento de retorno ao local de origem, onde surgiram e ficaram as minhas raízes caiçaras, lembrei-me do tempo de criança, quando pescava piabas com meus primos e armava arapucas para capturar os sabiás.

No dia 16 de maio de 2003, cheguei ao terminal de ônibus da Barra Funda, onde comprei minha passagem com destino a Iguape, e me dirigi à plataforma de número sete. Passava das dez horas da manhã quando o ônibus chegou com placa indicando a cidade de Ilha Comprida, e foi naquele momento que me dei conta de que o município de Iguape havia reduzido sua extensão territorial, pois o bairro de Ilha Comprida havia se emancipado, ou seja, havia se tornado uma cidade. Guardei minhas bagagens e fui me acomodar numa poltrona ao lado da janela esperando que chegassem os bons pensamentos para me fazer companhia. Quando o ônibus começou a se movimentar, deixando lentamente a rodoviária, fechei meus olhos e fiquei

¹⁵ Disponível em: <<http://www.terradagara.com.br/tdg/project/espeteaculo-sampa-sampa-show>>. Acesso em: 23 out. 2013.

¹⁶ Letra da música “Amanhecendo”, de Bylly Blanco. Disponível em: <<https://letras.mus.br/billy-blanco/1768072>>. Acesso em: 2 jan. 2016.

pensando nas melhores possibilidades que poderiam surgir para mim dali para a frente.

Após um bom tempo rodando pela cidade, o ônibus entrou na Regis Bittencourt (BR 116) e, naquele instante, comecei a me sentir entre dois mundos: de um lado, o mundo das luzes, construções, pastorais nas periferias, aulas de Filosofia, a vida no seminário, a Avenida Paulista, shoppings centers etc.; de outro, o mundo era o que viria. Uma nova realidade, mas também um sonho, uma utopia que vislumbrava viver. Um retorno ao local que um dia deixei na esperança de um futuro melhor.

Transcorridas três horas e meia de viagem, o ônibus atravessou a Ponte do Matias, que corta o Rio Ribeira de Iguape anunciando a proximidade da cidade. Antes de chegarmos à rodoviária, passamos em frente à Escola Agrícola. Imediatamente recordei do tempo em que havia estudado ali, bem como do envelope que recebi do professor Márcio com o convite para participar do encontro sobre a cultura caiçara na cidade de São Sebastião.

Chegamos à Rodoviária de Iguape por volta das 13h30 e, enquanto esperava outro horário de ônibus com destino à Vila Nova, meu bairro, aproveitei para caminhar pelo estacionamento da rodoviária procurando uma sombra de árvore de onde pudesse olhar o céu azul, sentir o vento leste e respirar o ar puro da cidade. Observando o espaço, as pessoas, o ritmo da cidade pequena, fiquei por um tempo comparando São Paulo e Iguape. Consciente de que iniciava uma nova etapa em minha vida, na qual precisava ter paciência com a adaptação e foco em meu objetivo, fiquei ali um bom tempo meditando sobre minha chegada a Iguape. Sentado à sombra de uma árvore, fiz uma breve retrospectiva dos meus sete anos longe de Iguape. Lembrei-me das vezes que passei por ali quando vinha ou ia para a Escola Agrícola, das vezes que viajava com meus pais e das tantas chegadas e saídas para São Paulo. Enquanto estava mergulhado em minhas recordações, percebi que o ônibus para a Vila Nova chegava à rodoviária, mais ou menos no horário previsto.

Embarquei, acomodei minhas malas ao lado do assento e passei a observar o estado de conservação do transporte coletivo enquanto entrávamos na estrada para a Barra do Ribeira. Não havia mudado muita coisa no transporte desde o tempo em que mudei de Iguape. Após deixarmos a Rodovia Cassimiro Teixeira, a Biguá, na mediação da ponte do Matias, entramos na estrada de terra, onde o ônibus começou a balançar e sacudir

parecendo um barco nas águas em dia de vendaval. Passada uma hora de viagem, desci na Vila Nova e segui pela rua de meu bairro cumprimentando os parentes, amigos e todos que conhecia. Vencido um quilômetro de caminhada, cheguei à casa de minha mãe. Bati palmas, ela apareceu na porta e veio rápido me encontrar com os braços abertos. Seu rosto estampava a plena alegria, o pleno amor, a completa felicidade! Não esqueço nosso reencontro em casa, reencontro que minha mãe sempre esperou. Desejo de mãe que se realizava. Foi um momento de muita alegria e emoção, pois eu estava retornando à casa de minha mãe e à minha comunidade!

Foram intensos os momentos de bênçãos, acolhimento e afeto por parte dela. Toda a festa de retorno à casa de meus pais não poderia deixar de ser comemorada sem a presença típica de um saboroso café caíçara. Guardei minhas malas e nos sentamos para conversar à vontade. Deliciando-me com uma farofa de farinha manema com ovos de galinha caipira, fui relatando passo a passo minha volta de São Paulo e meu objetivo dali para a frente. Minha mãe ouvia-me com atenção e alegrava-se com tudo que eu falava...

Na tarde do dia 17 de maio de 2003, conforme já conversado com minha mãe, peguei novamente minhas malas e segui para a Barra do Ribeira. Daquela vez a despedida foi mais tranquila comparativamente às vezes que voltava para São Paulo. Cheguei à comunidade do Sinal¹⁷ numa linda tarde de vento leste. Arriei minhas mochilas na proximidade do trapiche e, enquanto esperava a balsa (Ferry Boat), fui olhar o Rio Ribeira de Iguape e a bela paisagem que se estampava à minha frente tendo ao fundo a vista da Serra da Jureia e do Itatins. O vento leste soprava suave, tornando muito agradável aquele momento em que eu olhava e contemplava a distante paisagem da região do rio Comprido e Cachoeira do Guilherme, o coração da Jureia, para onde me dirigia.

Enquanto estava concentrado em minhas recordações, a balsa encostou no trapiche. Fui para a embarcação e, do outro lado do rio, na saída da balsa, enquanto estava passando pelo trapiche, lembrei-me de meu tempo de criança, quando chorava segurando a mão de minha mãe com medo de cair na água pelas frestas das madeiras do trapiche. Revivendo

¹⁷. A comunidade do Sinal está localizada no final da estrada que vai de Iguape à Barra do Ribeira. O local é de espera da balsa (FERRY BOAT) que faz a travessia para a vila da Barra do Ribeira, entrada para a Jureia. Este nome deve a uma placa branca que era fixada no local, em tempos passados. O barqueiro que ficava na vila da Barra se orientava pela posição da placa. Se o lado branco da placa estivesse virado para Barra, significava que alguém estava pedindo para travessar o rio.

o tempo de infância, recordei-me de uma frase de Larrosa que me ajuda a refletir sobre aquele medo de escorregar pela fresta da tábua. “Recorda-te de teu futuro e caminha até tua infância.” (LARROSA, 2000, p. 41).

Meu futuro era algo que eu projetava a cada momento, pois nele estava sempre meu foco. Era meu projeto de vida, meu sonho, minha utopia. E minha infância? Minha infância era a relação que eu fazia entre o passado (memória) e o presente (ser professor na ECJ). Estar passando novamente por um trapiche onde, quando criança, sentia medo de escorregar pela fresta, colocava-me num movimento que misturava meu presente, passado e futuro. Tudo era potência, possibilidades... Recordar meu futuro e caminhar até minha infância, como propõe o autor, significava olhar para minhas raízes, minha história, minha identidade. Por que recordar o futuro era tão forte para mim? Seria uma busca por algo de minha infância? Que vitalidade havia naquela recordação constante em relação ao meu futuro? Tinha a firme convicção de que recordar o futuro era meu objetivo a ser alcançado... Recordar era me lançar para a frente e para o alto!



Alik Wunder realizando formação durante pesquisa de mestrado sobre cultura caiçara, ano 2002. Crédito: Associação dos Jovens da Juréia-AJJ

Deixando a balsa, segui pela rua principal da Barra do Ribeira em direção à praia. Tempos mais tarde descobri uma definição daquele caminho, feita pela pesquisadora da Unicamp Alik Wunder:

A Barra do Ribeira é um bairro de Iguape. Um pedaço de terra ilhado pelo mar, pelo Rio Ribeira e pela mata da Juréia. De hora em hora uma balsa nos leva até a Barra. Nesta travessia avista-se o mangue que margeia o rio, os maciços da Jureia ao fundo e o porto da vila. Os barcos descansam atracados, coloridos, alguns homens pescam, as gaivotas movimentam-se mansas na mesma sintonia calma de segunda-feira. A balsa nos deixa no pequeno centrinho comercial. Nesta rua está a escola, bem em frente a um grande campo de futebol. (WUNDER, 2002, p. 237).

Passando em frente ao campo de futebol, vieram-me à lembrança as vezes em que joguei bola ali com meus amigos pelo campeonato rural. Parei em frente dele, por alguns minutos, lembrei-me das cenas vividas naquele espaço ao mesmo tempo que ansiava encontrar alguém conhecido que pudesse me acompanhar até a casa do Dauro, onde deveria dormir naquela noite. Como não encontrei ninguém conhecido, resolvi continuar caminhando. Logo à frente, na esquina dos Correios, encontrei meu amigo Paulo Sérgio Molinari, companheiro da Escola Agrícola. Foi um reencontro muito agradável porque pudemos relembrar muito de nosso tempo de agricolino, nas comunidades eclesiais de base e nos jogos de futebol que disputamos pela região. Ao final de nossa conversa, Paulo me emprestou sua bicicleta para eu continuar meu trajeto. Arrumei minhas malas nela e comecei a pedalar pelas ruas escuras da Barra. Depois de certo tempo cheguei ao quintal da casa do Dauro, no balneário Titanus. Encostei a bicicleta na pilastra da área e bati palmas. De repente, apareceu latindo, vindo ao meu encontro e pulando em mim uma cachorrinha branca. A hospitalidade dela me fez pensar que, mesmo não havendo ninguém na residência, minha presença ali era bem-vinda.

Sentado na calçada, passei a olhar o céu enquanto o canto de uma cigarra quebrava o silêncio do lugar. A claridade do sol foi perdendo a intensidade e, sem me dar conta, fui surpreendido com o reapontar da lua cheia que subia lentamente por detrás das ramagens de um pé de araçá. A efemeridade daquele momento fez com que me sentisse um ser privilegiado por conseguir sentir e respirar o vento leste enquanto caía o orvalho em plena claridade do luar da Jureia. Voltando a me situar no tempo e no espaço, senti o calor da cachorrinha, que havia se acomodado ao lado do meu pé, como se a lua a fizesse

adormecer em minha companhia.

Como não chegava ninguém à casa do Dauro, resolvi seguir para o galpão da AJJ¹⁸ na esperança de encontrar alguém que me desse um pouso. Enquanto caminhava pela rua gramada, tendo ao meu lado a cachorrinha branca, presenciava a lua que subia majestosa no horizonte do Oceano Atlântico. Chegando ao Galpão, ouvi um som de rádio e avistei a luz pela fresta do portão de entrada. Encostei a bicicleta na parede e percebi que a cachorrinha entrara pelo portão entreaberto. Bati palmas e apareceu um rapaz de estatura mediana que me cumprimentou cordialmente e apresentou-se como Neto. Antes de me apresentar, ele me perguntou se era eu o professor que iria para a Cachoeira do Guilherme. Eu disse que sim e que estava ali na intenção de pouso, conforme Dauro havia combinado com Renato. Neto me pediu que sentasse e informou que Renato havia saído ao meu encontro e que deveria voltar logo. Agradecendo a acolhida, arriei novamente minha mochila e me sentei. Do assento onde me encontrava, clareado por uma única réstia de luz, permaneci por instantes olhando todo o espaço do salão. Meus olhos buscaram o telhado de Eternit, as vigas de cambará e o portão de entrada. Depois, segui olhando em direção às toras de caixeta encostadas ao longo da parede e às latas de tinta deixadas sobre uma mesinha próxima a um quadro-negro.

Ao longo da parede de alvenaria, chamou-me atenção uma pequena amostra de tijolinhos de barro, pedaço de uma antiga parede que parecia ter ficado ali para registrar o tempo daquela construção. Minha observação suscitou-me algumas indagações: Quem havia construído aquela casa? Seriam pessoas da cidade ou caiçaras expulsos da Jureia? Permanecendo sozinho no espaço, fiquei tentando responder a essas questões, mas logo me veio outra indagação: Qual o sentido daquelas perguntas? A princípio, achei que fossem curiosidades aleatórias que apenas ocupavam minha mente e que não tinham sentido naquele momento, mas percebendo a insistência desses pensamentos, reconheci que tinham relação com o histórico do galpão. Assim, passei a refletir sobre como os fundadores da AJJ, que operava naquele galpão, conseguiram adquirir o local para implantar a sede da entidade e quanta história havia ali naquele espaço, entre aquelas paredes. Consciente

¹⁸ Galpão da AJJ foi a denominação inicial da Associação dos Jovens da Jureia (AJJ) quando funcionava nela somente uma marcenaria, em que se fazia artesanato. A partir de 2005, ano em que começou o desenvolvimento do Ponto de Cultura e as oficinas de saberes caiçaras, a AJJ passou a ser conhecido por Centro de Cultura da Barra do Ribeira.

de que não haveria resposta naquele momento para tais indagações, convenci-me de que estava apenas iniciando uma longa história de expectativas, sonhos e projetos...

Absorto em pensamentos, fui despertado quando Neto me ofereceu um café da noite. Após aceitá-lo, iniciamos uma conversa sobre os trabalhos desenvolvidos pela AJJ ali no galpão. Após Neto fazer uma breve contextualização da AJJ, a cachorrinha branca começou a cheirar um saco plástico que estava no chão da cozinha e, naquele momento, Neto gritou o nome "Laila", pegando o saco e colocando-o na pia da cozinha. Foi naquela hora que fiquei sabendo o nome da minha companheira de viagem. Voltando da cozinha, Neto disse que no saco plástico havia manjuba e que a iria fazer para jantarmos. Ao ouvir falar de manjuba, lembrei-me de minha adolescência, quando pescava na comunidade da Vila Nova, próximo à foz do rio Ribeira de Iguape e do Mar Pequeno. Um dos aspectos que marcaram a pescaria da manjuba para mim foi o tempo de espera para lançar a rede, que se chamava a hora da maré ou reponta da maré¹⁹. Antes da hora da maré ou reponta, assávamos manjubinhas na brasa, vivíamos momentos de aprendizado com os mestres pescadores, que compartilhavam com as crianças, jovens e adultos seus saberes de experiência com a pesca da manjuba, promovendo um espaço de educação, conforme salienta Brandão:

A criança vê, entende, imita e aprende com a sabedoria que existe no próprio gesto de fazer a coisa. [...] com os velhos em volta de fogueira. [...] O saber da comunidade, aquilo que todos conhecem de algum modo; o saber próprio dos homens e das mulheres, de crianças, adolescentes, jovens, adultos e velhos; o saber de guerreiros e esposas; o saber que faz o artesanato. [...] Os que sabem: fazem, ensinam, vigiam, incentivam, demonstram, corrigem, punem e premiam. Os que não sabem espiam, na vida que há no cotidiano, o saber que ali existe, veem fazer e imitam, são instruídos com o exemplo, incentivados, treinados, corrigidos, punidos, premiados e, enfim, aos poucos aceitos entre os que sabem fazer e ensinar, com o próprio exercício vivo de fazer. (BRANDÃO, 2007, p. 22).

Trocavam-se conhecimentos sobre a fabricação de canoas, remos, redes, entralho e outros saberes da pesca local. Contavam-se histórias sobre pescarias por meio do linguajar próprio e, ao cair da tarde, as famílias vinham à praia assistir e ajudar no lanço da manjuba. Daquela época tenho a excelente recordação de um advogado aposentado chamado

¹⁹. A hora da maré ou reponta da maré é um tempo em que os pescadores se reúnem em torno das embarcações, na beira da praia, para esperar o momento da maré de enchente ou vazante, ou seja, o horário ideal para lançar as redes. Na reponta da maré os pescadores se encontram, atualizam seus conhecimentos e fortalecem sua identidade de pescador. A linguagem que lá utilizam tem uma característica típica do pescador, a de compartilhar seus saberes de experiência sobre o ofício de pescar, ou seja, a filosofia dos pescadores caiçaras.

Francisco, conhecido como seu Chico. Seu Chico veio morar na Vila Nova, onde montou uma equipe de jovens para pescar manjuba. Formada por mim e meus primos Jiko, Vander e Misael, a equipe do seu Chico era conhecida por “equipe da Aruá”, pois na proa da canoa foi desenhado o rosto de um cacique Guarani em tom de amarelo e vermelho. Além de nos chamar para formar a equipe da Aruá, seu Chico também se preocupava com nossa formação e nossa prática cidadã. Tirou para todos nós os documentos de RG e CPF e incansavelmente nos incentivava ao estudo, dizendo que o conhecimento era fundamental para nosso crescimento intelectual e profissional.

Em relação à pesca da manjuba, é importante salientar que não trata de um trabalho fácil e seguro, pois ser pescador de manjuba em Iguape/SP ainda é um trabalho árduo e pouco valorizado, e essa constatação se observa na pesquisa de Carneiro, que diz:

Quando o pescador se aposenta, já está bastante debilitado: geralmente, segundo dados da Colônia de Pesca e da Unidade Mista de Saúde de Iguape, portando problemas renais, em virtude de permanecer por horas dentro d’água (à meia água), com problemas na coluna, devidos ao esforço da “puxada da rede”, e com problemas visuais, como glaucoma e catarata, em razão dos reflexos do sol na água... Uma vida cada vez mais “puxada”, cada vez mais carente... e assim vive o pescador da manjuba, sem grandes perspectivas (CARNEIRO, 2005, p. 145).

Mesmo assim, reconheço que meu tempo como pescador de manjuba significou uma experiência comunitária fortalecedora de minha identidade caiçara, pois através dele consegui adquirir coisas que um adolescente tem vontade de ter; além disso, tive a oportunidade de crescer num ambiente alegre, prazeroso e respeitoso, que me marcou e que ainda vive nos quadros da parede de minha memória²⁰. Mas, como disse um dia Rubem Alves, o tempo foge e “Quem sabe que o tempo está fugindo descobre, subitamente, a beleza única do momento que nunca mais será...”²¹.

A conversa com Neto constituiu um efêmero momento em que eu tentava buscar no tempo as palavras que me fugiam – Tempus Fugit –, reconstruindo minha trajetória da adolescência na Vila Nova durante meu tempo de pescador de manjuba; enquanto isso, as recordações chegavam a mim com ideias a serem fecundadas futuramente. Ainda tomando café, perguntei ao Neto sobre a situação da pescaria da

²⁰. Referência à letra da música de Belchior “Como nossos pais”. Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/belchior/como-nossos-pais.html>>. Acesso em: 20 de novembro de 2017.

²¹. Disponível em: <http://www.rubemalves.com.br/site/10mais_07.php>. Acesso em: 20 de novembro de 2017.

manjuba na Barra do Ribeira. Ele fez um gesto com a mão que pareceu desanimador e, na sequência, disse que naquele dia havia se levantado às 5 horas para pescar e só conseguira capturar 10 kg de manjuba. Também comentou que nos outros dias não tinha feito boa pescaria e que a safra já estava caminhando para o final.

Enquanto falávamos a respeito da pescaria, notei que a porta do salão fora aberta bem devagar e que alguém entrava por ela, mas a falta de claridade no ambiente não me ajudava a identificar quem vinha ao nosso encontro. Querendo saber quem chegava, levantei-me para ver a pessoa e me surpreendi com a chegada de meu primo Renato Pereira, que há muito tempo eu não encontrava. Cumprimentamo-nos cordialmente pelo reencontro e nos sentamos para conversar. Com o passar do tempo, o ritmo de nossa conversa adquiriu um tom de resgate das memórias do tempo da Jureia. Conforme Bosi, “A lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora a consciência na forma de imagens-lembrança. A sua forma pura seria a imagem presente nos sonhos e nos devaneios.” (BOSI, 1994, p. 53).

As imagens-lembranças de nosso tempo de infância na Juréia afloravam em nossas falas à medida que recordávamos os anos de 1983 a 1985, quando moramos no costão da Juréia. Embarcamos no túnel do tempo ao recordar os jogos de bola na praia, as construções de balsas, as aulas na casa de Tio Renato, as pescarias, os mutirões, os carrinhos de madeira, os bailes de fandango. Tudo eram memórias... Enquanto proseávamos, Neto veio avisar que as manjubinhas já estavam prontas.

1.4 - Da AJJ para a Cachoeira do Guilherme

No dia seguinte, logo cedo, enquanto arrumava minha mochila, senti um aroma gostoso de café. O dia estava ensolarado e minha expectativa por começar minha caminhada rumo à ECJ era grande. Enquanto tomávamos café, eu, Renato e Neto retornamos à conversa do dia anterior e, desta vez, com a companhia da cachorrinha Laila, que entrou no recinto da casa e deitou-se ao nosso lado. Ao final do café da manhã, Renato me chamou para conhecer a marcenaria, onde estavam as máquinas e os artesanatos em fase de pintura. Por volta das 7h30, deixamos o galpão da AJJ com destino à Cachoeira do Guilherme, e, quando coloquei meus pés na areia da praia, senti meu tempo de criança e

ouvi o barulho característico do mar que eu ouvia quando ia dormir e quando acordava lá na Jureia. Fiz questão de tirar meus tênis e andar um pouco descalço pela praia para sentir a textura da areia. Olhei para as ondas brancas que se movimentavam calmamente naquela grande extensão oceânica, e logo me lembrei das vezes que ia com meus pais pescar sargo no costão e pegar marisco da pedra.

Lembrei-me também das manhãs em que saía à praia para visitar as redes de espera que meu pai estaqueava no mar para pescar tainhas e robalos, e das caminhadas que fazia com meus amigos para a escola do Tio Renato, bem como das noites em que sentávamos com meus pais para olhar a lua e as estrelas da esteira estendida na praia. Com a mala pronta, deixei minhas lembranças de lado, pegamos a bicicleta e partimos rumo à Vila do Prelado²² enquanto o sol esquentava timidamente na presença do vento leste que nos refrescava nas pedaladas. Após vinte minutos pedalando, passamos pelas ruínas de pedra da antiga igreja de Nossa Senhora de Guadalupe, onde funciona o cemitério da comunidade. Paramos ali por um tempo, para ter contato com a história local. Renato permaneceu na bicicleta apoiando os pés numa pedra e eu caminhei em volta das ruínas olhando as argamassas produzidas no Tempo dos Antigos²³, conforme minha mãe, dona Domingas²⁴, contava a respeito da construção daquela igreja.

Dentre as histórias que ela contava, destaca-se o relato de que foram meus bisavós que levaram de batelões (canoas de um pau só) aquelas pedras do morro da Jureia ao Prelado, para construir a igreja distante 500 metros da praia. Minha mãe ainda contava que os antigos caiçaras usavam farinha de conchas (extraídas dos sambaquis) para produzir a cal que, junto com a cinza e o óleo da baleia, formavam a argamassa para levantar as paredes de pedra da Igreja. Lembrei-me também de que minha irmã, Cleonice Aparecida Franco Pupp, hoje com quase 60 anos de idade, fora batizada ali naquela igreja, que atualmente se encontra no meio da praia, identificada por algumas pedras de sua fundação que resistiram ao tempo.

²² A “Vila do Prelado” está situada na praia da Jureia, entre a Barra do Ribeira e o costão da Jureia. Através da Vila do Prelado é possível chegar ao início do Rio Comprido, por uma trilha de aproximadamente 5 Km.

²³ Segundo Sanches (2004), o Tempo dos Antigos foi uma fase caracterizada pela economia de subsistência, voltada aos cultivos em pequena escala do arroz, do feijão, da mandioca, do milho, entre outros, os quais eram comercializados na base de troca em Iguape e Peruíbe, até o início do século XX” (SANCHES, 2004, p. 62).

²⁴ Minha mãe, “Dona Domingas”, como é conhecida na comunidade da Vila Nova, onde morou, tinha 82 anos e gostava de contar histórias sobre a Jureia.

Deixando a ruína da igreja, seguimos viagem pedalando nossas bicicletas pela praia da Jureia. Logo adiante, entramos em uma estrada que passa por um loteamento antigo conhecido como Arco-íris. Dele, seguimos por uma trilha mato adentro e, aos poucos, o barulho do mar foi diminuindo e outros sons vindos da mata começaram a sobressair. Eram os cantos das arapongas que se juntavam aos cantos de outros pássaros. Adentrando mais contidamente na trilha conhecida por “Caminho da Ponta do Morro ou trilha do Prelado²⁵”, percebemos que a sinfonia dos pássaros foi se tornando mais peculiar.

A trilha era toda coberta por galhos de árvores e o caminho era repleto de folhas secas. Os raios do sol penetravam entre as árvores, criando um ambiente iluminado e agradável para caminhar, tudo parecendo se harmonizar, se integrar, na companhia do cheiro da mata. Renato seguia pedalando à minha frente e a Laila vinha atrás de mim. Algumas vezes ela passava à nossa frente, mas a maior parte do tempo seguia na traseira. Logo adiante, onde as árvores se cruzavam formando um túnel, a Laila saiu em disparada. Renato achou que fosse alguma caça que ela tivesse avistado, e, como isso é normal por ali, seguimos o caminho. Assim que ultrapassamos uma curva, avistamos à frente a Laila abanando o rabo ao lado de uma pessoa que Renato logo reconheceu e me avisou que era o barqueiro Joaquim²⁶, que viera me buscar. Chegamos perto, e a Laila não parava de pular no Joaquim, demonstrando seu carinho incondicional por quem certamente nutria carinho.

Após cumprimentar Joaquim e agradecer-lhe por vir me buscar, seguimos a caminhada. Estava consciente de que, dali para a frente, a realidade seria conviver com os pernilongos, mutucas, borrachudos e outros insetos. Mas meu entusiasmo pelo projeto era maior e isso me dava enorme motivação para superar os inconvenientes e procurar me adaptar logo ao novo ambiente. Conversando e seguindo pela trilha, avistei à frente um longo trecho do caminho coberto de água. Era o local do caminho conhecido por inferninho. O inferninho é um trecho que passa pelo brejo, no qual existem madeiras enterradas na lama fazendo as vezes de ponte, para sustentar o brejo e dar condição de passagem.

Mesmo assim, frequentemente as pessoas afundavam naquele local, principalmente quem não conhecia bem a passagem. Quando acontecia de alguém afundar, as botas

²⁵. Trilha antiga que liga a comunidade do Prelado (na praia da Jureia) ao Rio Comprido (atrás do Morro da Jureia).

²⁶. Joaquim Tavares foi barqueiro no Rio Comprido até o ano de 2011 e é filho do líder espiritual da Comunidade da Cachoeira do Guilherme, “Sátiro Tavares”.

ficavam pressas à lama, os pés e meias ficavam molhados e tinha-se um enorme trabalho para descalçar. Por isso o local foi batizado de inferninho. Após ultrapassarmos o inferninho, um pé de tocum²⁷ que ficava à beira do caminho chamou-me atenção, e parei para colher algumas frutas do cacho. Estavam bem maduras e, quando as levei à boca, senti o azedo característico da planta, que me fez lembrar do tempo de criança, quando colhia os coquinhos com meus primos para usar nos estilingues e bodoques. Passada uma hora de caminhada, desde o local em que encontramos com Joaquim, chegamos ao Porto do Prelado ou Porto do Mariano. Arriamos as malas sob a sombra das árvores e nos sentamos para descansar da viagem. Fazia calor naquela manhã e os pernilongos não paravam com suas cantarolas insuportáveis. Enquanto conversávamos e matávamos pernilongos, apreciei a natureza ao redor, lembrando-me das estórias que minha mãe contava sobre o Porto do Prelado²⁸. Estórias que falavam do tempo em que cortavam palmito e caixeta naquela área, que eram transportados por cavalos até a Vila do Prelado. Estórias que contavam sobre mutirões e fandangos que arrastavam as pessoas ao longo do Rio Comprido para participar de bailes, rezas e outros encontros comemorativos da tradição caiçara.

No movimento das lembranças, olhei para as águas escuras do Rio Comprido e me pus a refletir sobre as famílias que habitaram aquela região no tempo dos antigos, pessoas que já haviam falecido e outras que estavam morando nas periferias das cidades por força das políticas ambientais, que as expulsaram das comunidades da região. As estórias sobre o porto do Prelado e o Rio Comprido precisam ser registradas, pois foi através desse rio de águas escuras que as comunidades da Jureia se comunicavam e produziam suas identidades, formando uma espécie de “rede de interação que se evidenciava no plano da vizinhança e entre as comunidades da praia do Una, da praia da Jureia, rio Verde, cachoeira do Guilherme, rio Una do Prelado ou rio Comprido e Aguapeú” (SANCHES, 2004, p. 98). Em meio aos pernilongos, Joaquim fez um sinal dizendo que o barco estava pronto para partir.

²⁷. O tocum é uma espécie de palmeira que produz um cacho com coquinhos.

²⁸. O “Porto do Prelado” é o local da nascente do “Rio Comprido”. No passado, os caiçaras da Jureia utilizavam este porto para sair ou chegar a suas residências, que ficavam às margens do Rio Comprido, e para transportar caixeta e palmito, que eram explorados nas proximidades do rio. O porto do Prelado está situado a 5 Km, aproximadamente, da Praia da Jureia.

1.5 - Pé no Rio Comprido, ou melhor, no barco...

Agradei ao Renato pela companhia que me fizera até ali e também à Laila, que parecia querer continuar a viagem comigo. Afastei-me dos dois e fui para dentro do barco, enquanto Joaquim fazia funcionar o motor. Em poucos segundos começamos a nos movimentar para longe do Porto do Prelado. Enquanto íamos desaparecendo entre as pequenas árvores, lancei um sinal de gratidão para os dois, que nos olhavam do barranco. Já distante do Porto, acenando em despedida, entramos no famoso Rio Comprido ou Una do Prelado. Logo o barco desenvolveu uma velocidade suficiente para que o vento viesse nos refrescar. Tirei minhas botas e me sentei no banco diante de Joaquim. Tentei conversar com ele durante a viagem, mas o barulho do motor não nos permitiu prosseguir com o diálogo. Voltei, então, meu rosto para a frente e comecei a contemplar a beleza que me aparecia a cada curva do rio. Logo que avistei o primeiro ninho da Japuíra, recordei uma estória que minha mãe me contava quando eu era criança. Ela dizia que a Japuíra é um pássaro que capricha na construção de seu ninho. O formato lembra o de um coador de café, porque é longo e trançado com gravetos, e demora meses para ser concluído. Ela comparava a construção do ninho da Japuíra com as escolhas que fazemos na vida. Para ela, deveríamos nos inspirar no “capricho” da Japuíra para conseguir boas vitórias na vida. Como exemplo de uma atitude contrária à da Japuíra, mamãe citava o Chopin, ou Pássaro Preto, que, embora parecendo demonstrar esperteza, não faz ninho e bota os ovos no ninho de outros pássaros, como o Tico-tico, por exemplo, que acaba criando seus filhotes. Essa atitude, para minha mãe, não denota uma conduta próspera, mas sim preguiçosa!

Outras estórias vinham à minha mente enquanto o barco se movimentava pelo rio. A cada curva que vencíamos, novas paisagens apareciam à nossa frente, e todas deslumbrantes porque estávamos no centro da biodiversidade da Mata Atlântica. Passados aproximadamente quarenta minutos, chegamos ao encontro das águas da Cachoeira do Guilherme com as águas escuras do Rio Comprido. O motor foi reduzido por Joaquim e o ventou cessou de bater em nosso rosto. Em ritmo menos acelerado fomos adentrando a cachoeira. À frente, em uma placa branca, presa nos galhos de uma árvore, que ia até o meio da cachoeira, estava registrada a seguinte frase: “Bem-Vindo à Cachoeira do Guilherme”.

Passando por ela agradei silenciosamente a acolhida, enquanto a expectativa de

chegada aumentava em mim. Seguindo adiante, a cachoeira transformava-se em um túnel, pois as árvores das margens estendiam-se sobre seu leito, cobrindo-a e escurecendo a passagem. Inúmeras folhas e flores flutuavam calmamente sobre a superfície da água, tornando aquela paisagem muito peculiar e apreciada por quem já navegou por ali. Mais adiante, deslizando suavemente, o barco fez uma curva à esquerda, e de repente apareceu a primeira casa à minha frente. Um senhor de estatura mediana caminhava próximo à margem da cachoeira. Aproximamo-nos dele e, levantando o braço, respondi à sinal que nos fizera. Era o seu Pradel²⁹. Passamos diante de sua casa e, mais à frente, entre barrancos altos e água límpida, o barco encostou no porto de Joaquim.

1.6 - Chegada à Cachoeira do Guilherme

Minha cabeça estava cheia de ideias. Meu corpo pronto para vê-las existirem. Minhas mãos dispostas para a ação, mas o tempo e o espaço constituíam resistências... Assim me sentia na Escola Caiçara da Jureia em 2003.

(Caderno de anotações, maio de 2003)

Desci do barco com minhas mochilas e segui ao lado de Joaquim pelo terreiro limpo, ao lado dos pinheiros, indo em direção à porta de sua casa. O quintal, conhecido pelo caiçara por terreiro, era espaçoso e abrigava variados tipos de árvores que tornavam o espaço bem acolhedor. Entrei pela porta da sala e, no mesmo instante, Dinei, minha prima, esposa de Joaquim, veio me cumprimentar e cordialmente me orientou a colocar as mochilas nos bancos de tábuas encostados à parede da casa. Da sala segui por um corredor até a cozinha de fogão à lenha, onde se encontravam Marilene, filha de Joaquim, Hélio e Luiz, antigo caiçara da localidade. Eles estavam assando banana sobre a chapa do fogão à lenha. Cumprimentei-os e fui convidado para o café da tarde. Enquanto tomava café com farinha d'água e peixe assado, chegaram Dauro, Ilson e Edmilson. Os três vinham do outro lado da cachoeira, onde estavam reformando a casa que seria o alojamento da escola. Cumprimentei-os e sentamo-nos para o café. Passados alguns minutos também chegaram à casa de Joaquim o seu Pradel e seu filho Orlando. Ambos me cumprimentaram dando-me boas-vindas e entraram na conversa que acontecia em torno da mesa. Terminado o café, fomos para a sala e de lá seguimos por outro corredor, que dava acesso ao Centro Espírita.

²⁹. Pradel Martins foi um mestre fandangueiro e morador da Cachoeira do Guilherme.

Entre esses dois espaços ficava a casa de dona Alice, esposa do líder Sátiro Tavares. Parei para cumprimentá-la e recebi palavras de boas-vindas e desejo de que eu realizasse um bom trabalho de educador naquela comunidade. Agradei imensamente a matriarca da Cachoeira!!!



Dona Alice espiando pela janela, ano 2003. Crédito: Associação dos Jovens da Juréia-AJJ

Entrei no Centro Espírita São Miguel Arcanjo, que havia sido reformado tanto para manter a história e a tradição da comunidade tavarana quanto para servir de sala de aula da ECJ. Na sala havia uma mesa grande e, sobre ela, muitas garrafas de remédios com ervas nativas que o líder Sátiro preparava para atender seus seguidores. Do Tempo dos Antigos até a implantação da Estação Ecológica da Jureia, em 1986, aconteceram muitas rezas, folias de reis, danças e o passadinho, conhecido como uma dança que expressa a hospitalidade e a fé propagada pelo líder Sátiro Tavares, mestre-curandeiro procurado na região por centenas de pessoas. Deparando-me com a mesa do Centro

Espírita³⁰, pude olhar os objetos que ficavam sobre ela. Eles guardavam as lembranças de um tempo que ficou na memória, pois dali para a frente não se poderia mais afirmar que tudo seria como antes. O que poderia acontecer com o Centro Espírita da Cachoeira? Caminhei em direção à porta e me sentei no banco encostado na parede. Enquanto olhava para o interior do salão, Dauro passou a me contar o que foi conseguido para o funcionamento da Escola: mostrou-me uma televisão e um videocassete; do lado de fora, apontou-me a placa solar que fornecia energia para as lâmpadas e a televisão. Em seguida, abriu uma caixa e tirou as fitas cassete onde estavam os conteúdos das aulas. Disse-me ainda que o sistema que usaríamos seria o Telecurso 2º Grau da Fundação Roberto Marinho e que os alunos deveriam assistir às teleaulas, que, em seguida, deveriam ser complementadas pelo professor com explicações e o fornecimento de material de apoio.

Enquanto Dauro me dava as orientações referentes ao funcionamento das teleaulas, entrou na sala a professora Lídia, que chegava da casa do Sr. Pradel. Dauro apresentou-me a professora e disse que Lídia havia sido a pioneira da ECJ, pois já estava lecionando ali desde o início do projeto, em 2002. Deixamos a sala e fomos para o quintal em frente ao Centro Espírita e depois seguimos para a casa do Sr. Pradel. Na área de sua casa estava sua esposa, dona Paula. Ela me cumprimentou e me desejou sucesso no ofício de professor. Convidou-nos para entrar e nos apresentou seu filho Nilson, que se encontrava sentado no sofá com um violão ao seu lado. Também estavam na sala seu Pradel e Orlando, que eu já havia conhecido. Após as indagações que me foram feitas, referentes ao ofício de professor, dona Paula e seu Pradel também me disseram que conheciam meus pais. Eles comentaram a respeito do tempo em que havia uma empresa localizada à margem do Rio Comprido, onde eram exploradas tanto conchas dos sambaquis, com o objetivo de produzir calcário, quanto a caixeta, com o propósito de produzir lápis e calçados, e que esses produtos eram transportados para a cidade de Santos por meio de um barco chamado “Chatão”. Naquele tempo, segundo o casal, muita gente frequentava a Cachoeira do Guilherme por causa dos mutirões de fandango, bem como para buscar remédios e participar da reza de seu Sático na festa de São Miguel Arcanjo, que acontecia no dia 29 de setembro. Entre conversas que misturavam o presente e o passado, eu sentia que a família de seu Pradel estava otimista

³⁰ Teresa Melo, professora da UFSCar-SO, escreveu sua dissertação de mestrado sobre a comunidade da Cachoeira do Guilherme e intitulou sua pesquisa de: “A Floresta, a Mesa e as Leis” (2000), em homenagem à comunidade.

com relação à implantação da ECJ na comunidade, pois isso parecia fazer renascer nela a esperança de que o povo poderia voltar a viver na Cachoeira como antigamente.

Despedindo-me da família do seu Pradel, levei as palavras que me foram direcionadas como fonte de entusiasmo para o início de meu trabalho de educador que começaria nos próximos dias. No dia seguinte, após o café da manhã, Dauro me explicou detalhadamente o projeto da ECJ, dizendo que a ideia de construir uma Escola Caiçara nasceu de diversas discussões entre comunidades, ONGs, prefeitura, universidades, pesquisadores e educadores simpatizantes da luta das comunidades tradicionais da Jureia pelo direito de permanecer na terra. Em outro momento, quando estava iniciando minha pesquisa sobre a cultura caiçara, pude confirmar essa narração de Dauro quando li em Nunes (2003) o seguinte trecho sobre a ECJ:

A comunidade avaliou na ocasião que a escola é uma das últimas tentativas de manter os moradores na Estação Ecológica. Foram feitas algumas reuniões com os moradores para mapear suas expectativas sobre como deveria ser essa escola caiçara, em que lugar, o que ensinar, estratégias para sua manutenção etc. A maior delas, com a presença de 56 pessoas da comunidade, realizada no Grajáuna, serviu para elaborar o projeto preliminar da escola. A comunidade decidiu que a escola seria construída na Cachoeira do Guilherme, por ser um ponto central da estação e por ser considerada uma comunidade totalmente tradicional e o centro das práticas culturais e religiosas mais respeitadas de todas da Jureia (NUNES, 2003, p.131).

Dauro também enfatizou que o objetivo da escola era criar um espaço para preservar e valorizar a Cultura Caiçara dentro de seu território de origem, possibilitando que os estudantes resgassem e valorizassem essa identidade, bem como contribuíssem para que as comunidades do Guilherme e da Jureia voltassem a se repovoar. Disse também que a escola estava fundamentada num ensino diferenciado, pelo qual os educandos podiam aprender os valores tradicionais na convivência comunitária, e que a educação não estaria restrita à sala de aula, mas expandida a um ambiente familiar, onde o ensino e o aprendizado aconteceriam na prática, quando os estudantes fossem trabalhar na horta comunitária, na roça de mandioca, na preparação da farinha, ou pescar no rio e na cachoeira.

Assim, a decisão de instalar a ECJ na Cachoeira do Guilherme, o “Coração da Jureia” (MELO, 2000, p. 4), como é conhecida pelas comunidades, partiu das considerações de que a localidade constituía um espaço estratégico para a implantação da escola, tendo em

vista que na comunidade se encontravam o Centro Espírita São Miguel Arcanjo e a casa do líder espiritual Sátiro Tavares. Dauro também enfatizou que o professor Diegues, através do NUPAUB/USP, que na época coordenava o Centro de Estudos Caiçaras localizado em Iguape, contribuiu significativamente na reforma do Centro Espírita São Miguel Arcanjo, fornecendo os materiais necessários para a composição da infraestrutura do espaço. Além disso, lembrou que Diegues disponibilizou o carro do Nupaub por um tempo, financiado pela Fundação Ford, para transportar a merenda escolar da Barra do Ribeira até o Porto do Prelado. Ele também citou com grande respeito as pedagogas e pesquisadoras Luiza Alonso e Alik Wunder, ambas da UNICAMP, e a pesquisadora Márcia Nunes, que contribuíram voluntariamente na elaboração do Projeto Político Pedagógico da ECJ e na discussão junto à diretoria de Ensino de Miracatu para que o projeto fosse reconhecido e valorizado. Nesse processo de persistência e luta pela valorização da cultura caiçara na Jureia, as professoras aventuraram-se diversas vezes pelo caminho do Prelado, enfrentando chuva, mosquitos, cobras, trechos alagados e outros obstáculos para chegar à escola e motivar a comunidade a continuar na educação diferenciada e no estudo dos valores locais.

Por último, Dauro informou que a ECJ foi inaugurada em 2000, juntamente com o Centro Espírita, que havia sido reformado, e que o decreto da Prefeitura de Iguape permitia o funcionamento da escola dentro da Estação Ecológica da Jureia para atender inicialmente 4 alunos do ensino fundamental, ciclo I, para os quais a professora Lídia lecionava desde 2001. Após a explanação sobre o objetivo da ECJ, tomamos o café da tarde e fomos nos sentar à beira da cachoeira para apreciar a natureza que nos envolvia. Enquanto conversávamos, fomos surpreendidos com a chegada de mais cinco alunos das comunidades vizinhas do Aguapeú e do Carvalho. Eles chegaram silenciosamente numa longa canoa de Guapuruvu construída pelo mestre e artesão seu Carlos Raymundo. Eram: Elesina, José, Débora, Cláudia e Valdemir. Logo que aportaram a canoa e a amarraram no porto de seu Pradel, fomos encontrá-los e lhes dar boas-vindas, e naquele momento senti mais forte a responsabilidade que estava assumindo como professor caiçara. À noite fizemos uma roda de conversa, apresentações e aproveitamos para tocar viola fandangueira em torno do fogão a lenha; mais tarde, fui dormir pensando em minha primeira aula. Era 19 de maio de 2003 e havia chegado o dia esperado. Logo cedo a passarinhada começou a

afinar a garganta. Por serem muitos, era impossível apreciar cada cantiga individualmente. Ouvia-se o canto das arapongas, dos tucanos, das gralhas, dos periquitos, dos sabiás e de outros tantos pássaros da Mata Atlântica.

Saí pelo quintal da casa de Joaquim para ouvir e ver os pássaros fazendo a festa matinal. Fui até a beira da cachoeira e vi a água tranquila que se movimentava em direção ao Rio Comprido. Havia muitas flores e folhas flutuando sobre a superfície límpida e transparente da cachoeira; do outro lado do porto, avistei Luiz, um senhor idoso da comunidade, que esgotava sua canoinha para ir visitar as redes e os covos. Após o café da manhã, Dauro arrumou a mochila para ir embora e nos desejou um bom início de aula enquanto seguia para o porto, onde Joaquim já o esperava. Em pouco tempo os dois partiram de barco pela cachoeira abaixo, até que o ronco do motor foi sendo lentamente substituído pelo silêncio que habitava toda a comunidade. Enquanto a professora Lídia lecionava para duas alunas do ensino fundamental, ciclo I, Débora e Marilene, eu e os demais estudantes fomos organizar o alojamento do outro lado da cachoeira.



Capítulo 2

Em pleno coração da Jureia

2.1 - Minha primeira aula

No período da tarde, conforme combinado, a partir das 13h, reunimo-nos no salão do Centro Espírita, a “sala de aula da Escola Caiçara”, para nossa primeira aula. Eu havia preparado um ambiente específico para aquela aula inaugural, e o símbolo escolhido foi uma semente de Araribá³¹, que coloquei no centro da sala. Aos poucos, os educandos foram chegando e ocupando os lugares preparados. Eram seis ao todo. Os assentos foram organizados em círculo, de modo que todos pudessem se olhar. Apresentei-me novamente, rapidamente contei minha trajetória de vida até chegar ali e, dando sequência à minha exposição, pedi que cada um também contasse um pouco de si.

De início houve resistência, mas aos poucos eles foram se soltando e começaram a partilhar preciosas experiências de vida relacionadas ao conhecimento que tinham sobre a semente do Araribá. Após a exposição, pedi que percebessem as características da semente. Em seguida, disse que era possível comparar nossa vida com um pé de Araribá, pois há nele um processo parecido de crescer, produzir e atingir o pleno desenvolvimento. Também comparei o projeto da ECJ com a semente e enfatizei o cuidado que se deve ter quando ela está germinando, pois nessa fase necessita de cuidados como água, luz e terra boa. Era assim com o projeto que estávamos iniciando. Para que obtivéssemos sucesso no estudo, deveríamos manter um bom relacionamento entre nós, conviver bem com as pessoas, respeitar os valores tradicionais e nos dedicar ao estudo. Continuando a aula, passei a falar da Mata Atlântica e do potencial de pesquisa sobre a biodiversidade que estava à nossa volta, bem como dos variados assuntos referentes à Cultura Caiçara no intuito de instigá-los a refletir e pesquisar sobre o conhecimento local.

Sobre minha experiência de vida em São Paulo, disse que quando estava naquela cidade grande sentia muita saudade da Jureia, minha terra natal, e que o apego às minhas raízes contribuiu para meu retorno ao Vale do Ribeira e estar ali com eles. Voltando a atenção para a sala de aula, pedi que olhassem para as cadeiras em que estavam sentados. Perguntei-lhes se conheciam o nome da madeira que as compunham. Não souberam identificá-la, nem eu também. Mas, a dureza, o peso, bem como a cor escura da madeira

³¹. O Araribá é uma madeira de lei cuja semente tem muitos espinhos, e é muito utilizado em construções e outros afazeres.

nos permitiram concluir, que eram madeiras de lei. Referindo-me àquele fato, contei uma história do tempo em que estudava na Escola Mista Rural da Jureia, onde nasci. Relatei que o nosso professor, o Tio Renato, como é conhecido na comunidade, embora nunca tivesse frequentado uma escola, mesmo assim, aprendera a ler e escrever em uma madeira soletrando o ABECEDÁRIO. Quando adulto, tio Renato, percebendo a demanda de crianças em idade escolar, apresentou na prefeitura uma proposta de escola mista para alfabetizar as crianças da Jureia. Em 1977, o prefeito de Iguape, Carlos Fausto Ribeiro, nomeou o tio Renato como professor do bairro da Jureia e ele passou a lecionar na sala de sua própria casa, onde foram instaladas carteiras de madeira parecidas com aquelas vistas no Centro Espírita.

A análise que fizemos das carteiras de madeira bem como a rememoração de meu tempo de infância contribuíram para pensarmos a respeito do desenvolvimento sustentável, assunto conclusivo de minha aula inaugural. Seguindo a reflexão, entramos na questão do peso da carteira, que, relacionado à madeira e à estrutura de ferro, constituíram a base da seguinte problematização:

1. Quanto de madeira de lei foi cortado para fazer aquela carteira?
2. Quanto de ferro fundido foi utilizado?
3. Seria viável construir aquele tipo de carteira atualmente?
4. Seria permitido pelos órgãos ambientais?

Com essas reflexões encerrei minha primeira aula na ECJ, instigando a reflexão acerca do desenvolvimento sustentável na cultura caiçara.

2.2 - Planejamento da Escola Caiçara

No dia 20 de maio de 2003, após a aula inaugural, reunimo-nos com a comunidade local e adjacências para planejar nosso cotidiano na escola, na comunidade, e começar a pensar num modelo de currículo caiçara. Estiveram presentes: seu Estevam e família (comunidade do Carvalho), seu Valdir e família (comunidade do Rio Verde), seu Carlos e família (comunidade do Aguapeú), seu Joaquim e família (comunidade da Cachoeira do

Guilherme), seu Onésio e família (comunidade do Grajaúna), seu Pradel e família (comunidade da Cachoeira do Guilherme), as pesquisadoras da UNICAMP, professora Luiza Alonso e Alik Wunder, as pesquisadoras do NUPAUB/USP, Márcia Nunes e Iáskara, integrantes da Associação dos Jovens da Jureia (AJJ), Associação dos Monitores Ambientais de Iguape (AMAI) e Dauro Marcos do Prado, coordenador da ECJ.

Começamos discutindo o horário das aulas. A professora Lídia propôs que suas aulas acontecessem pela manhã. A proposta da professora foi consensualmente aceita pelos presentes. Depois, discutimos sobre o uso da energia solar que fora fornecida pelo NUPAUB/USP. Acertamos que a energia deveria ser utilizada para a iluminação da casa e uso da televisão e do videocassete, para as aulas do projeto teleaula; já para outros usos, a comunidade deveria avaliar cada caso. Em seguida, falamos sobre o calendário de festas da comunidade e de como deveria ser nossa participação como escola na organização dos eventos. Também discutimos sobre a prática de mutirão de fandango que acontecia na comunidade local e nas proximidades, bem como sobre nossa participação como escola nesses acontecimentos culturais da região. Citamos a importância das histórias contadas ao pé do fogo e a necessidade de registrá-las em livros para fazerem parte do acervo da biblioteca da escola e também contribuir para a valorização da cultura local.

Criamos um calendário de visitação das comunidades, principalmente das casas dos educandos e de outras comunidades adjacentes, também para participar de eventos regionais. As pesquisadoras Alik Wunder e Luiza Alonso apresentaram uma primeira versão do Relatório da Escola Caiçara da Jureia³², onde estavam reunidos os documentos e registros das primeiras reuniões comunitárias que discutiram a implantação da ECJ. No período da tarde, passamos a falar sobre o tempo de permanência na escola. A professora Lídia, que lecionava desde 2002, novamente sugeriu que se mantivesse o período de quinze dias de aulas e cinco dias de folga. Segundo ela, a escala, já usada no ano anterior, facilitava a vida escolar na comunidade, bem como a vida particular. Como ninguém se manifestou contrário à proposta, a escala foi mantida. O próximo assunto tratou da alimentação. Em razão do difícil acesso, decidimos que a merenda fornecida pela prefeitura de Iguape poderia ser trazida para a escola a cada quinzena, período que coincidia com nosso retorno

³². O relatório da ECJ encontra-se no acervo da biblioteca da Associação dos Jovens da Jureia (AJJ). Disponível em: <https://ajjureia.wordpress.com/>. Contato: e-mail: Pcfranco15@gmail.com

à comunidade. Decidimos também que, além da merenda, o complemento da mistura deveria ser obtido através da pescaria, na horta comunitária e pela fabricação da farinha de mandioca. Seguindo o planejamento, passamos a discutir a forma pela qual as atividades deveriam acontecer. Cada qual expôs sua opinião referente aos assuntos debatidos e, por fim, ficou decidido que faríamos duplas para a realização das atividades.

Das atividades a serem realizadas, definiu-se a seguinte escala:

- Visita à casa dos educandos;
- Uma dupla para ajudar no transporte da merenda;
- Uma dupla para preparar as refeições do dia e fazer limpeza da cozinha;
- Uma dupla para trabalhar na horta comunitária;
- Uma dupla para ajudar na fabricação da farinha de mandioca;
- Uma dupla para pescaria (complemento da mistura);
- Período da manhã: aula com a professora Lídia;
- Período da tarde: aula com o professor Paulo;
- Período da noite: Conversa ao pé do fogo³³ com a comunidade;

- Período da noite: (quarta-feira) estudo comunitário sobre a Cultura Caiçara e exercício de sistematização dos assuntos (histórias, lendas, contos etc.) compartilhados nas conversas ao pé do fogo. Assim aconteceu o primeiro planejamento da ECJ. O relato acima resume o início das atividades da escola com a presença da comunidade.

Vencida a primeira quinzena na escola, chegou o dia de voltarmos para casa. Pela manhã, após o café, arrumamos nossas mochilas e nos preparamos para a caminhada. Os dois irmãos, Ilson e Edmilson, anteciparam a despedida e seguiram pela trilha que leva às comunidades do Grajaúna e Rio Verde, ambas situadas à beira mar. Os dois irmãos moravam na comunidade do Rio Verde, e o tempo previsto de caminhada até a casa deles era de 4 horas. Eu e os demais alunos arrumamos nossas mochilas e as levamos para o barco que Joaquim preparava para a viagem. Logo após nos despedirmos da família de Joaquim e de

³³. As “*conversas ao pé do fogo*” eram um costume dos caiçaras tradicionais da Cachoeira do Guilherme, que se juntavam à noite para contar histórias em volta do fogão a lenha.

seu Pradel, subimos no barco e fomos descendo cachoeira abaixo, enquanto a comunidade do Guilherme nos assistia do barranco. No fim da cachoeira, onde ela encontra com o Rio Comprido, Joaquim acelerou o motor e virou o barco para a esquerda, tomando a direção do Porto do Prelado. Novamente olhei para a placa que se posicionava no alto do galho, no meio da cachoeira, e agradeci a primeira quinzena de ofício de professor que ali passei. Após 20 minutos de viagem, chegamos ao Porto do Aguapeú. O barco encostou ao lado de um capinzal e as mutucas pretas vieram nos visitar. Elas atacavam a cabeça e o pescoço concomitantemente e deixavam a gente quase loucos; só davam um pouco de sossego quando o barco voltava se movimentar no rio.

No porto do Aguapeú desceram os educandos Elesina, Cláudia, Débora, Valdemir e José Carlos. Os meninos carregavam as mochilas mais pesadas e auxiliavam as meninas para que não atolassem na lama que tomava conta do pequeno porto. Despedimo-nos e, enquanto eu desejava bom descanso a todos, Joaquim deu ré no barco para continuarmos subindo o Rio Comprido. Foram mais vinte minutos de viagem até chegarmos ao porto do Prelado. Agradeci a Joaquim e, erguendo minha mochila, segui pelo caminho afora. Na metade da trilha encontrei Dauro, que vinha me ajudar na viagem. Fomos para a Barra do Ribeira, onde conversamos sobre a primeira quinzena na ECJ. Depois fui para casa reencontrar minha mãe.

2.3 - O retorno à escola

Após uma semana em casa, chegou o dia de retornar à ECJ. Cheguei à casa do Dauro um dia antes da viagem, com o objetivo de providenciar uma condução que pudesse levar a merenda escolar até o Porto do Prelado. Fomos à casa do Edno, irmão do Dauro, combinar com ele a viagem. Quando chegamos, ele estava mexendo no motor de um bugue amarelo que usava para trabalhar. Assim que falamos do transporte, Edno imediatamente se prontificou a nos levar, e no dia seguinte carregamos o bugue e seguimos caminho. Quando chegamos à praia, a maré estava subindo e, a certa altura da praia, precisamos subir com o bugue no barranco da praia para que a maré não encobrisse o carro. Subindo e descendo do barranco, Edno foi levando o bugue até chegar à estrada de terra firme, por

onde entramos para alcançar o caminho do Prelado. Pelo caminho do Prelado, começamos novamente a enfrentar outros obstáculos. Desta vez eram as poças de água e muita lama que dificultavam o prosseguimento do veículo. Após deixarmos para trás a primeira poça, ouvimos gritos e assovios. Não demorou muito e os dois educandos do Rio Verde, Ilson e Edmilson, chegaram para nos ajudar.

Seguimos transportando a merenda pelo caminho do Prelado. Quando o bugue encalhava, nós o empurrávamos e a lama esborrifava na nossa cara, deixando todos carimbados de terra molhada. Para nós, aquela viagem parecia uma aventura, mas para os moradores da região do Rio Comprido era uma luta constante na vida. Quase todos os meses os moradores das comunidades da Cachoeira do Guilherme, Carvalho e Aguapeú (comunidades ativas naquele momento) tinham que enfrentar o caminho precário para ir e voltar da cidade. Na maioria das vezes eles levavam as compras nas costas até o Porto do Prelado e depois precisavam remar para chegar a suas casas. Vencendo cada poça de lama chegamos até o inferninho. Pensei que o Edno não fosse querer passar com o bugue, mas ele não se intimidou com a precariedade do caminho, foi entrando no alagado com marcha reduzida, fazendo com que o carro balançasse de todos os lados sobre as madeiras enterradas no caminho, como num rally, e chegou ao outro lado do caminho. Vencemos mais uma vez aquele obstáculo e, seguindo firme pelo caminho, chegamos finalmente ao tão sonhado Porto do Prelado. Joaquim havia ficado no barco nos esperando e arrumando o motor. Logo que ajeitamos a bagagem, saímos rapidamente para nos livrar dos pernilongos e mutucas, que muito incomodavam. Logo que o barco foi carregado, deixamos o Porto do Prelado e entramos no Rio Comprido. Enquanto o barco adquiria velocidade, e o vento vinha nos refrescar, fomos tirando as botas molhadas e partilhando algumas frutas e bolachas para repor as energias, ao mesmo tempo que admirávamos as belas paisagens que embelezavam nosso caminho fluvial. Chegando ao Porto do Aguapeú, fizemos uma parada rápida para embarcar as educandas Elesina, Débora e Cláudia, que nos esperavam com impaciência... Seguindo rio abaixo, passados vinte minutos, chegamos ao porto do Joaquim, na Cachoeira do Guilherme. Estávamos de volta à Escola Caiçara.

Capítulo 3

Relato das aulas na ECJ



3.1 - Aula de ciências. Tema: Os borrachudos

Quem conhece a Comunidade Tradicional da Cachoeira do Guilherme, sabe muito bem que, além das belas cachoeiras, o rio e a tranquilidade do local, também se encontra a presença constante dos borrachudos. Para amenizar seus ataques, que normalmente ocorrem na região dos cotovelos, as pessoas usavam calças e camisas de mangas compridas ou faziam fumaça com capim citronela para espantá-los, evitando que as pernas ficassem com pintinhas pretas. Tendo em vista a presença marcante dos borrachudos, pesquisei sobre o assunto e preparei uma aula usando uma reportagem sobre o município de Ilha Bela, no litoral norte de São Paulo. A reportagem mostrava que em Ilha Bela, local em que também há incidência de borrachudo, a prefeitura local fez um estudo para saber como poderia controlar o inseto de modo que os turistas pudessem frequentar as cachoeiras sem incômodos. O resultado da pesquisa mostrou que o borrachudo se reproduz somente em água limpa e que, caso fosse usado inseticida na cachoeira, por exemplo, isso afetaria os peixes que se alimentam das larvas dos borrachudos e, conseqüentemente, desequilibraria a cadeia alimentar daquele ecossistema. Após a apresentação do vídeo, fizemos um debate sobre a questão da sustentabilidade e manutenção do ecossistema, bem como sobre o impacto ambiental causado pela expansão do turismo desordenado. No caso de Ilha Bela, se a prefeitura priorizasse apenas o turismo certamente causaria um impacto ambiental, pois estaria atendendo o bem-estar de alguns e afetando a população de borrachudos das cachoeiras da região, bem como os cardumes de peixes.

Por fim, a aula nos ajudou a entender por que havia tantos borrachudos na água límpida da Cachoeira do Guilherme.

3.2 – Aulas na horta comunitária

Como foi combinado no planejamento, após retornarmos do período de folga, começamos a fazer a horta comunitária. Assim, nos períodos da tarde, após as aulas teóricas, preparávamos as ferramentas e seguíamos para um terreno ao lado da cachoeira.

Nos primeiros dias de trabalho, usamos os conhecimentos da matemática na medição do terreno, fizemos uso de esquadro e falamos dos vértices bastante estudados em aulas de geometria. Aproveitando o assunto, falei sobre o filósofo e matemático Pitágoras de Samos, criador da palavra filosofia e de seu conhecido teorema. Enquanto íamos calculando a área da horta, o teorema de Pitágoras nos ajudava a organizar os canteiros e os espaçamentos entre as mudinhas das hortaliças.

A respeito do teorema dos triângulos retângulos, Ilson e José lembraram e relacionaram a teoria pitagórica com os cálculos que os pedreiros fazem quando precisam calcular a área de reboque de uma casa, por exemplo. Após o levantamento dos canteiros, passamos do saber matemático ao saber da química. Iniciamos uma reflexão acerca da maneira correta de adubar o solo. Durante a discussão, Ilson sugeriu que fizéssemos compostagem utilizando as folhas das árvores que a água da cachoeira acumulava no barranco da cachoeira. A ideia foi aceita por todos e logo começamos a buscar os materiais para fazer o composto. Passados alguns dias, o monte das folhas começou a esquentar, num processo, segundo a química, de fermentação da compostagem. Passados alguns meses, as folhas foram se transformando em adubo orgânico, cuja destinação foi a adubação da horta, que produziu por vários meses verduras saudáveis que enriqueceram nossa alimentação escolar e comunitária.

3.3 - Visita às comunidades do Carvalho e Aguapeú

Conforme previsto no planejamento da escola, transcorrido um semestre de aulas, resolvemos visitar as casas dos educandos nas comunidades do Aguapeú e Carvalholl. As duas comunidades estavam localizadas próximas ao Rio Comprido e para alcançá-las precisávamos remar rio acima. No dia marcado, saímos da comunidade da Cachoeira remando uma canoa com oito pessoas a bordo, e durante a viagem ouvimos histórias antigas da região e dos lugares em que, no passado, existiam comunidades ao longo das margens do Rio Comprido. Em certos trechos do rio, os educandos apontavam para a mata com o objetivo de mostrar algumas touceiras de bambus, pés de abacate, mexericas e outras plantas que ainda existiam entre as árvores identificando uma tapera, local em que

famílias tradicionais caiçaras habitaram. Vendo toda aquela paisagem e ouvindo diversas histórias, pedi também para contar o que ouvi de meus pais sobre a região. Disse que eles vinham, lá da praia da Jureia, plantar arroz ali no Rio Comprido e que faziam ranchos de pau a pique no meio da mata para permanecerem dias roçando e depois colhendo o arroz.

Segundo meus pais, quando chovia muito e o rio transbordava, a água entrava no rancho e molhava todo o arroz e o resultado era a perda total da produção. Num certo momento da conversa, a estudante Cláudia, que era a mais comunicativa do grupo, relatou que por várias vezes remou por aquele rio com seus pais e irmãos. Disse ter subido e descido o rio enfrentando a força da maré, os pernilongos e as motucas pretas “de cabeça”. No embalo das conversas, chegamos ao porto da comunidade do Aguapeú. Quando a canoa encostou no barranco, José e Valdemir desceram para amarrá-la num pé de araticum, árvore que crescia no meio das taboas. Com as mochilas nas costas, seguimos pelo caminho encharcado. Era uma trilha sobre pontes de madeira enterradas no brejo, que encobria as madeiras, tornando difícil encontrarmos o local seguro para colocar os pés.

Os estudantes seguiam na frente tentando sinalizar o caminho, mas a água dificultava o caminhar. Sentia-me em corda bamba, pois pedir ajuda não era possível uma vez que todos andavam devagar para não afundar no brejo; voltar, nem pensar! O jeito era encarar o caminho e ir dando os passos de papagaio. Por alguns instantes lembrei-me do “inferninho”, aquela passagem difícil que existe no caminho do Prelado, me descuidei na pisada e afundei num buraco até o nível da coxa. Os estudantes me olharam com pena, mas não conseguiram evitar os risos! Lamentavam entre si porque não haviam trazido uma máquina fotográfica para registrar o acontecido! Consegui retirar minha perna do buraco com a ajuda dos meninos e continuei caminhando com a bota cheia de água até um local seco, onde tirei o calçado e torci as meias.

Vencido aquele trecho penoso, seguimos por uma trilha debaixo da mata até chegar à casa de Valdemir, onde encontramos seus pais, seu Estevão e dona Maria, ambos atiçando o fogo de lenha. Arriamos nossas mochilas, fomos cumprimentá-los e depois nos sentamos para descansar. Fomos acolhidos com grande alegria e simplicidade pelos pais de Valdemir, que nos agradeceu pela visita e serviu um delicioso café com farinha d’água

e peixe assado na brasa. Durante o tempo em que ali permanecemos pudemos conversar bastante a respeito da região do Rio Comprido, principalmente sobre a cor escura da água. Aprendemos que a cor escura do rio se deve à quantidade de folhas acumuladas no solo, cuja decomposição contribui para o escurecimento do solo e, conseqüentemente, da água que passa por ele.

Findada a conversa, agradecemos o café e seguimos viagem rumo à casa de seu Carlos Raymundo. Chegando a uma lombada de areia branca, onde formava-se uma clareira, entramos pela porta da frente da casa acompanhando seus filhos. Entre a cozinha e a sala havia um espaço ocupado por um monte de arroz em casca esperando para ser pilado. Chegamos todos molhados na cozinha de seu Carlos e, após cumprimentá-los, sentamos para tirar nossas botas e secar nossas roupas no calor do fogo a lenha. A esposa de seu Carlos, dona Elerina, nos recebeu carinhosamente e não demorou para nos servir um delicioso cafezinho, conforme o ritual da acolhida caiçara.

A casa de seu Carlos era a última de nossa visita e ali deveríamos dormir naquela noite. Terminado o café de acolhida, quando a tarde já começava a cair, os educandos José Carlos, Cláudia, Débora e Elesina nos convidaram para caminhar pelo terreiro da casa deles, mas o reduzido espaço da propriedade causava uma sensação de isolamento. De um lado via o rio e o caminho alagado e do outro uma trilha que se perdia de vista pela mata, dando acesso à outra comunidade chamada Aguapeuzinho. Descemos por uma pequena ladeira e chegamos a um local onde havia uma fonte de água que vertia do chão e que era usada para o consumo da casa. Mais adiante ficava o local de lavar as roupas. Ao me aproximar das peças de roupa no varal e algumas estendidas pelo chão, lembrei-me de quando ia com minha mãe lavar roupa no Ipiranga, um rio perto de nossa casa da Jureia. Recordei quando mamãe molhava a roupa, ensaboava, esfregava, batia numa tábua, enxaguava de novo e depois torcia para colocar na bacia e levar para o varal.

À noitinha, retornamos à cozinha de lenha acompanhados do canto da cigarra, que quebrava o silêncio do lugar. Deparamo-nos com dois lampiões a querosene acesos, um dos quais feito de lâmpada incandescente e o outro de garrafa. Ambos clareavam o espaço da cozinha.

Após o jantar, fomos nos sentar em volta do fogão a lenha, na presença dos pais de Valdemir e seu irmão Valdir. Sentamos em semicírculo e, enquanto conversávamos, José Carlos, que ficava mais próximo do fogão, assava bananas e as distribuía para nós. Numa certa altura da prosa, seu Estevam começou a contar histórias de visagens. Durante as narrativas, uns se arrepiavam de medo e outros queriam saber mais... Os causos adquiriram ritmo envolvente que adentrou a noite numa atmosfera de grandes imaginações e suspense, quebrado pelo relato de fatos ocorridos na região. Seu Carlos falou sobre a CICA, firma para a qual trabalhava. Disse que, quando veio morar ali na comunidade do Carvalho com sua família, a CICA estava no auge da exploração do palmito juçara e da caixeta, e por isso moravam muitas pessoas naquela região. Contou também que o Rio do Carvalho era bem largo e não transbordava, como vinha acontecendo. O caminho era limpo, seguro, e nos finais de semana havia mutirão de fandango nas comunidades vizinhas. Mas na década de 1980 começou a desapropriação das terras da Jureia, prosseguindo até a implantação da Estação Ecológica Jureia-Itatins, no ano de 1986. De lá para cá, a Jureia foi sendo silenciosamente esvaziada pelas ações coercivas da Secretaria do Meio Ambiente, que expulsou a maioria dos caiçaras para as periferias das cidades de Iguape, Peruíbe, Itariri, Pedro de Toledo e outras cidades da Baixada Santista e Vale do Ribeira. Com a restrição ambiental, a CICA teve que paralisar as atividades na região, o que causou uma redução considerável do trabalho de extração vegetal na localidade e, conseqüentemente, um despovoamento das comunidades. Seu Carlos ainda permanecia ali cuidando dos poucos palmitos que restavam na mata e recebia um salário-mínimo para sustentar a família de oito pessoas. Nos anos anteriores havia colocado seus filhos na escola estadual no bairro do Rocio, periferia da cidade de Iguape, mas não conseguiu mantê-los longe de casa em razão do alto custo de vida na cidade. Com a abertura da ECJ, conseguira trazer seus filhos para estudar perto de casa.

No dia seguinte, fomos à roça buscar mandioca. Nosso objetivo era fazer farinha para complementar a merenda escolar. Colhemos três sacos de mandiocas e os levamos à cozinha de seu Carlos, onde espalhamos as mandiocas no chão e as raspamos, sentados em volta delas. Finalizada a raspagem, começamos o trabalho de ralar a mandioca. Em ritmo acelerado, os meninos mantinham a roda de ralar a mandioca em movimento enquanto as

meninas revezavam na cevagem da mandioca, ou seja, na ralagem da mandioca. Terminada a ralagem, seu Carlos colocou a massa no tipiti³⁴ e a levou para ser prensada. Depois de um certo tempo de prensa, a massa perdeu toda a água ou a mandicuera e, de lá, foi colocada numa vasilha, onde se transformou em massa pronta para ser torrada. No período da tarde teve início o processo de torragem da massa. Seu Carlos e dona Elerina, sua esposa, prepararam o fogo e começaram o ofício. Quando a torragem já estava encaminhada, fomos chamados para ajudar no processo de fabricação da farinha que havia sido produzida de forma coletiva, como é costume no mutirão caiçara. No final da torragem, enquanto ajudávamos seu Carlos a ensacar a farinha, as meninas chegaram com um delicioso café acompanhado de beiju de goma. Satisfeitos pelo trabalho e certos de que merecíamos comemorar aquele momento, fomos nos sentar no terreiro para compartilhar o produto da roça.

³⁴. Tipiti é um cesto confeccionado de timbopeva (cipó) para espremer a massa da mandioca, ou seja, retirar o excesso de água para levá-la ao forno, onde é torrada e transformada em farinha.



Capítulo 4

Festejos e alguns acontecimentos

4.1 - Festa de São João

Ao retornarmos à ECJ, trouxemos uma boa quantidade de farinha de mandioca, que nos alimentou por um longo tempo. Seguindo o cotidiano da escola, começamos a planejar a festa de São João que aconteceria em junho. Na Comunidade da Cachoeira do Guilherme aconteciam duas festas importantes. A primeira era a Festa de São Miguel Arcanjo, padroeiro do Centro Espírita e da comunidade, que se comemorava no dia 29 de setembro; a segunda era a festa de São João, que se comemorava com fandango e fogueira no mês de junho, quando os participantes pisavam na brasa descalços à meia-noite. Organizamos uma comissão de festa formada por integrantes da AJJ, por nós, da ECJ, pela comunidade local e também pela Associação dos Monitores Ambientais de Iguape (AMAI)³⁵. Os trabalhos tiveram início no dia 22 de junho de 2004, portanto dois dias antes da festa. Os integrantes da AMAI ficaram responsáveis pela organização do espaço físico da comunidade. Para isso, eles fizeram lixeiras ecológicas e demarcaram os locais onde seriam armadas as barracas. O pessoal da AJJ se ocupou com a montagem da fogueira. Nós, da ECJ, assumimos o trabalho de preparação das comidas típicas, e os pesquisadores ajudaram na preparação dos enfeites do quintal em frente ao Centro Espírita. No dia 23 de junho, à tarde, começamos a ouvir os roncões dos motores na cachoeira. Eram os barcos chegando de Peruíbe, Barra do Una, Guaraú e outros lugares do Vale do Ribeira e da Baixada Santista.

À noite, o quintal em frente à ECJ estava todo enfeitado e tomado de barracas entre as árvores. As pessoas esperavam o fandango começar. Na cozinha de Joaquim formavam-se filas para o jantar. Os violeiros seguiram para a sala em busca das violas para afiná-las. No quintal, a molecada esperava a hora para acender a fogueira. De repente, entre as conversas, soaram os primeiros acordes da viola branca Iguapeana. Em seguida, o pandeiro entrou em cena, acompanhado da rabeca, para dar harmonia ao som. As vozes dos violeiros se elevaram e o fandango estava oficialmente começado! Aos poucos, aqueles que observavam da janela não resistiram ao bailado e entraram na sala discretamente,

³⁵ A Associação dos Monitores Ambientais de Iguape (AMAI) atuou na região até o início de 2004 e encerrou suas atividades por falta de integrantes que levassem adiante a entidade.

indo chamar as damas para dançar. O baile seguiu animado e, ao final de cada moda, ouviram-se gritos entusiasmados dos fandangueiros. Lá fora, a fogueira seguiu ateadada e clareando o terreiro. As madeiras foram se consumindo e se transformando em brasas. Aproximava-se a meia-noite e o fandango foi interrompido temporariamente. Os violeiros foram para perto da fogueira juntar-se às pessoas em torno do braseiro. Quando chegou a meia-noite, os mestres deram início ao ritual da “passagem na fogueira” de São João. Logo em seguida, outras pessoas também seguiram o ritual, deixando suas pegadas nas brasas. É preciso ser rápido nisso, uma vez que o ritual não demora muito e, segundo a crença, São João não permite que a passagem ultrapasse dez minutos, e quem desrespeita esse tempo tem o pé queimado. Passado o ritual da fogueira, o fandango recomeçou e seguiu madrugada adentro. A animação retornou à sala de Joaquim e as pessoas seguiram se confraternizando na dança, nas conversas e na cozinha, onde eram servidos os cafés da madrugada. Assim, o fandango seguiu até o dia clarear. A última “moda” geralmente é cantada em agradecimento ao dono da casa. As pessoas aprontaram os barcos para a partida. Aqueles que permaneciam na comunidade foram até a beira da cachoeira para acenar aos que seguiam no barco para suas casas. O encontro na Cachoeira do Guilherme proporcionava às pessoas uma experiência que integrava o encontro, recordações, vivências e aprendizado da cultura caiçara.

4.2 - Histórias ao pé do fogo

No final do mês de junho estávamos de volta à ECJ. Assim que o barco chegou ao porto de Joaquim retiramos nossas mochilas e a merenda. Depois, cada um foi para seu quarto descansar da viagem. À noite, nos reunimos na cozinha de Joaquim para partilhar nossa folga, passar os avisos da quinzena e avaliar a festa de São João. Enquanto conversávamos, os meninos iam colocando bananas para assar na chapa do fogão a lenha. Luiz, um senhor já de idade, conservado pela natureza daquele lugar, começou a contar as histórias antigas do Rio Comprido. Apesar de sua fala não ser muito clara, tomamos conhecimento de muitas coisas que aconteceram na região. Dentre suas histórias, contou-nos que, quando era moço, fez um campo de futebol sozinho na comunidade do Aguapeuzinho usando machado, foice e enxadas. Haja gosto pelo futebol!

As bananas estavam sendo distribuídas entre nós quando se aproximou a matriarca da Cachoeira do Guilherme. Em passos lentos, e auxiliada por uma bengala, foi se ajuntando a nós Dona Alice, esposa do falecido Sátiro. Também se aproximou seu neto, Orlando, que arrumou uma cadeira para que sua avó pudesse sentar. Em tom baixo e compassado, Joaquim sugeriu que sua mãe nos contasse algumas histórias sobre a comunidade, mas com seu jeitinho humilde e carinhoso ela sinalizou que queria apenas ouvir. Nisso, Orlando, que estava próximo dela, começou a contar como foi que recebeu de seu avô, Sátiro Tavares, a liderança religiosa do Centro Espírita. Segundo ele, seu avô o chamou em particular e lhe passou o poder de liderança religiosa da comunidade. Assim, desde o referido dia Orlando tem assumido a ponta da mesa, ou seja, a liderança para conduzir os trabalhos do centro. Além disso, relatou outros fatos que nos causaram risos. Um deles, por exemplo, sobre quando era adolescente e estava brincando em cima de uma pedra no alto do morro e, segundo ele, achou que poderia pular de lá, de uma altura de 50 metros.

Chegaram ao pé do fogo seu Pradel, dona Paula e, mais atrás, seu filho Nilson, que trazia um violão. Nilson trabalhava de Agente de Saúde Comunitário e atendia, além da comunidade local, as comunidades de Grajaúna, Rio Verde, Aguapeú, Carvalho e Aguapeuzinho.

A roda de conversa havia aumentado e, além das estórias, também havia um violão para dar harmonia ao nosso encontro. Em ritmo apaixonado, o violeiro puxou uma canção que contava a história de um romance que viveu, tempos atrás, e que deixou marcas em seu coração. Também tocou outras músicas, fazendo dupla com seu irmão Orlando. Ao término das canções abriu-se um espaço para seu Pradel contar suas histórias. Entre tantas que relatou, incluindo as de visagens, registro aqui o relato sobre a empresa do Rio Comprido. Segundo seu Pradel, no tempo da empresa³⁶ as pessoas viviam felizes, tinham trabalho e divertimento, pois exploravam as “casqueiras” (sambaquis) formadas por três montes enormes de conchas no meio da mata, donde se extraía a farinha de conchas, palmito, caixeta e a banana. No local, “foi construído um armazém que vendia desde uma caixa de fósforos até carne seca”, relatou seu Pradel. Durante a exploração das conchas, construiu-se um sistema de “tróle” para transportar os produtos da mata ao Rio Comprido,

³⁶ A empresa do Rio Comprido foi uma fábrica instalada à margem do Rio Comprido, ao lado de um sítio arqueológico, na década de 1960, para produzir calcário de conchas.

e através de uma balsa – chamada chatão – a matéria-prima seguia para o Porto de Santos. “Não era só trabalho na empresa”, dizia seu Pradel, pois aos finais de semana o pessoal se reunia para dançar o fandango, que era muito procurado uma vez que vinham à empresa bons violeiros que animavam o baile em que as pessoas dançavam até o dia clarear. Assim aconteciam os encontros ao pé do fogo na ECJ.

4.3 - Visita das educadoras



Professora Luiza Alonso descansa na rede durante formação da ECJ, ano de 2002. Crédito: Associação dos Jovens da Jureia-AJJ

Certa vez, quando estávamos estudando, recebemos uma visita-surpresa. Isso aconteceu num sábado, quando Dauro chegou com três professoras. Eram as educadoras Luiza Alonso da Silva, Alik Wunder e Márcia Nunes. Acolhemos nossas amigas na cozinha de Joaquim, onde compartilhamos um café caíçara de chegada. Depois fomos para a sala arrumar as mochilas e conversar um pouco sobre a viagem e o projeto da escola. Durante

dois dias de convivência na Cachoeira do Guilherme pudemos trocar muitas experiências e aprender com nossas amigas educadoras. Dentre as tarefas realizadas, o Projeto Político Pedagógico-PPP da ECJ foi o assunto a que mais nos dedicamos. Quanto à parte prática, os alunos levaram as educadoras para conhecer a horta comunitária, a roça de mandioca, a pesca no rio e a produção de farinha artesanal. Durante a noite dançamos fandango e nos reunimos em torno do fogão a lenha para contar e ouvir histórias dos mestres. A visita de nossas amigas educadoras foi entusiasmante, pois além de nos deixar alegres também fomos presenteados com um relatório³⁷ da ECJ que constitui um dos principais documentos da unidade de ensino da Cachoeira do Guilherme

Após a visita das educadoras, o motor de popa começou a dar sinal de fim de vida. Numa das viagens de Joaquim ao Porto do Prelado o motor pifou definitivamente e o barqueiro precisou terminar a viagem remando até a comunidade. A comunidade ficou sem motor por aproximadamente três meses. Quando não aguentávamos mais a espera por uma solução do Poder Público, no caso a prefeitura de Iguape, a comunidade resolveu reivindicar um novo motor ao prefeito. Marcamos uma data e fomos à cidade, mas a princípio o prefeito não queria nos atender alegando não haver agendamento antecipado, o que nos exigiu um planejamento estratégico até que fôssemos recebidos pelo executivo. Depois de muito esforço, expusemos nossa situação e meses depois a comunidade da Cachoeira do Guilherme recebeu um motor de popa novo.

4.4 - Festa de São Miguel Arcanjo

Quando chegou o mês de setembro nos reunimos para planejar a festa de São Miguel Arcanjo. Os preparativos aconteceram dentro do prazo previsto e de acordo com o cronograma definido pela comissão organizadora, a mesma que havia conduzido a festa de São João. No dia 29 de setembro de 2003 a comunidade estava repleta de visitantes, houve reza presidida por Orlando e alguns políticos oportunistas não deixaram de fazer suas campanhas. A comissão organizadora construiu uma barraca para servir café da manhã e comidas típicas aos visitantes no intuito de arrecadar fundos para a comunidade,

³⁷. O Relatório da Escola Caiçara da Jureia foi elaborado por Alik Wunder e Luiza Alonso, e está assim intitulado: “Projeto da escola Caiçara da Jureia e resultado dos anos de 2002 e 2003”.

bem como evitar a sobrecarga de atividades na casa de Joaquim. A ideia da barraca, aprovada pelo conselho da ECJ, estava se desenvolvendo bem, mas em razão de intrigas comunitárias a experiência inédita não prosperou. Coisas da vida...

4.5 - Visita à Escola Agrícola

No mês de outubro, quando terminou nossa quinzena na ECJ, fomos à Escola Agrícola de Iguape para participar de um seminário sobre meio ambiente. Naquele encontro os educandos tiveram a oportunidade de participar de debates sobre a legislação e outros assuntos relacionados à Mata Atlântica. No entanto, o material disponibilizado pela Secretaria do Meio Ambiente já veio praticamente pronto, cabendo pouquíssimas modificações por parte das comunidades. O lado positivo daquele encontro foi a oportunidade que os educandos tiveram de trocar experiências com outros alunos e pesquisadores. Para mim, em particular, o retorno à Escola Agrícola, escola em que me formei Técnico em Agropecuária em 1994, e à qual voltei naquele momento como professor da ECJ, foi uma experiência enriquecedora, pois durante o encontro tive a oportunidade de falar aos participantes sobre meu tempo de estudante agricolino.

Quando passamos em frente aos mourões da cerca do pasto onde recebi o “envelope” do vice-diretor, professor Márcio, contendo um convite para ir ao Encontro dos Povos do Mar em São Sebastião, revivi a marcante experiência que me aconteceu em 1994. Parei com os educandos no local para contar minha história na escola e principalmente do convite que recebi. Também os levei para conhecer as dependências da escola, que se dividem em pocilga, ranário, aviário, estábulo, horta etc. A visita à horta nos proporcionou conhecimentos que levamos para aplicar na horta da ECJ. Deixei a escola agrícola pensando na minha experiência com o envelope de 1994.

4.6 - Polícia ambiental

No mês de dezembro, quando estávamos estudando à beira da cachoeira, o silêncio foi interrompido por um ronco de motor de barco que chegava à comunidade. Ficamos

atentos, de olhos no rio, para saber quem se aproximava. Assim que o barco apareceu já reconhecemos que era a polícia ambiental. Eles encostaram o barco de frente ao alojamento da escola e começaram a descarregar mochilas, colchões e mantimentos. Surpreendidos pela chegada dos militares, paramos imediatamente a aula e fomos conversar com eles. Messias, um guarda-parque da Estação Ecológica nos explicou que estava trazendo os equipamentos de um comando da polícia ambiental que deveria fazer vistoria na Estação Ecológica.

Um dos policiais do grupo disse que o comando precisava ocupar o alojamento e que nós deveríamos procurar outro local. Diante da prepotência do militar, enfrentamos de imediato o sujeito e mostramos que tínhamos ordem para usar o alojamento e que, se eles quisessem, poderiam se alojar na cozinha do alojamento. Tentando mediar o conflito, o guarda-parque aceitou nossa proposta e foi acomodando as bagagens na cozinha até os ânimos se acalmarem. Mais tarde, o militar que causou a confusão atravessou a cachoeira e foi em direção à casa de seu Joaquim. Achando-se no direito de entrar no quintal do morador sem a prévia autorização do proprietário, parecendo sentir-se soberano dentro da farda, rodeou a cozinha de lenha de Joaquim e deparou-se com um macaquinho engaiolado. O militar imediatamente intimou Joaquim a dar explicações sobre o macaco. Joaquim humildemente disse que o animal era do vizinho – de fato, era de seu Pradel, que estava de viagem –, que havia sido trazido pela Secretaria do Meio Ambiente para a comunidade e que estava preso porque o animal entrava na cozinha e revirava as panelas. Ao ouvir tal explicação, o soldado reagiu de forma prepotente e sem preparo, dizendo que o macaco só entrava na casa porque as paredes eram de bambu velho, feias e cheias de buracos. Joaquim ouviu calado o insulto do militar e somente depois contou à comunidade. A permanência dos militares na comunidade causava inquietação, pois sempre foi uma presença indesejável no local. Mas a situação complicou ainda mais quando o guarda-parque Messias disse aos educandos que um comando policial já havia subido o Rio Comprido para prender os cortadores de palmito da comunidade do Aguapeuzinho.

A notícia causou tensão entre nós. Diante da impossibilidade de outra forma de comunicação, os educandos José, Elesina, Cláudia e Débora partiram de canoa para a casa dos pais. Ficamos ali numa situação de apreensão, pois a experiência das comunidades

da Jureia com a polícia ambiental sempre envolveu violência. O restante do dia foi de expectativa e falta de comunicação com os educandos. O rádio amador não funcionava na comunidade havia meses. À noite, chegaram ao alojamento alguns policiais trazendo espingardas apreendidas.

Os educandos Edmilson e Ilson, que dormiam no quarto ao lado, escutaram as conversas a respeito da ação da polícia na comunidade do Aguapeuzinho. No dia seguinte, relataram que os soldados diziam entre si que haviam destruído fábricas clandestinas de palmito e prendido duas pessoas, que supostamente seriam os palmiteiros. À tarde, os alunos retornaram das comunidades do Aguapeú e Carvalho e confirmaram as informações que os dois educandos haviam escutado dos militares. Este fato ocorrido na comunidade da Cachoeira do Guilherme, principalmente o insulto sofrido por Joaquim, registrei em Boletim de Ocorrência na delegacia da Polícia Ambiental em Iguape.

Capítulo 5

Avaliando a experiência vivida



5.1 - Avaliações

Passados os incidentes com a presença indesejável dos militares na Cachoeira do Guilherme, entramos no período de avaliação bimestral de fim de ano. Já avançava a segunda quinzena do mês de dezembro quando demos por concluído o ano letivo de 2003. Dos seis educandos com quem convivi durante sete meses na escola e na comunidade, três foram aprovados para o ensino médio. Foram eles: Elesina, Valdemir e José Carlos. Os demais, ou seja, Ilson e Edmilson, permaneceram no ensino fundamental e poderiam continuar seus estudos com a Débora e a Marilene em 2004. E os três educandos que haviam sido aprovados para o ensino médio? Como mantê-los na escola e na comunidade? A resposta para essa pergunta difícil deveria vir da Diretoria de Ensino da Região de Miracatu, pois dela deveria proceder o interesse e a vontade política para a implantação do ensino médio na ECJ. Mas esse assunto era questão para ser resolvida no ano seguinte, pois naquele momento nossa vontade maior era poder dizer que estávamos em férias.

5.2 - Retorno às aulas na ECJ

Durante as férias, refleti bastante sobre minha experiência como professor na ECJ, bem como sobre o futuro da escola depois de 2004. Retomei a trajetória de minha chegada à Cachoeira do Guilherme e meu ofício de professor, e passei a refletir sobre o projeto que eu havia escolhido para minha vida. No processo reflexivo que fiz, relatei a experiência do convite, já mencionado, com minha decisão de voltar para Iguape e me integrar ao projeto da Escola Caiçara. Passei a analisar esses fatos mais detidamente após termos participado do encontro na escola agrícola sobre o meio ambiente, em 2003. Naquela ocasião, conforme já relatei, recordei e contei aos educandos a experiência do “convite” recebido e também a hipótese que carregava comigo de que minha escolha de ir ao encontro em São Sebastião deveu-se ao fato de eu ter apresentado um trabalho sobre a fabricação artesanal de farinha de mandioca na aula de geografia.

As experiências do passado me ajudaram a pensar na possibilidade de retornar à escola com o objetivo de registrar minha história e relacioná-la à cultura caiçara da

Jureia. Assim, firmei um compromisso comigo mesmo de registrar o que vivemos na ECJ em 2004. Preparando-me para retornar ao trabalho, no dia 8 de fevereiro fui à cidade de Iguape com Dauro Marcos do Prado buscar a merenda. O professor Antônio Carlos Diegues, da NUPAUB/USP, disponibilizou o carro do Centro de Estudos Caiçaras (CEC), que na época funcionava em sua casa. Após conseguirmos trazer a merenda para a Barra do Ribeira, saímos, no dia seguinte, do balneário Titanus pela manhã no bugue amarelo do Edno. Estávamos eu, Gilson, Dauro e Edno. Numa determinada altura do caminho do Prelado, havia uma considerável poça de água impedindo o prosseguimento do bugue, e o jeito foi descarregar a merenda e dividi-la em sacos, que foram carregados até o barco. Quando chegamos ao porto do Prelado, Joaquim nos esperava no barco com o novo motor Yamaha, 15 HP. Carregamos a merenda ao barco e descemos o Rio Comprido. Chegamos à Cachoeira do Guilherme para o reinício das aulas da ECJ no ano de 2004 com menos educandos e sem a professora Lídia. As educandas Débora e Marilene haviam sido aprovadas para o ensino fundamental, ciclo II, 5ª a 8ª séries e, por falta de demanda, a escola municipal havia fechado.



Edno e seu bugue amarelo utilizado no transporte da merenda escolar, ano 2004. Crédito: Associação dos Jovens da Jureia-AJJ

Os educandos Valdemir, Elesina e José Carlos haviam passado para o ensino médio e esperavam que abrisse uma telessala para continuarem na ECJ, mas essa possibilidade ainda estava em discussão. Havia a esperança de abrirem o ensino médio, mas isso dependia da demanda de educandos, que só se conseguiria com o retorno das famílias para a região da Jureia. Mas, como fazer isso? Uma das possibilidades era a mudança da lei de Estação Ecológica para Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), onde as pessoas pudessem explorar os recursos naturais e manter a cultura como era no passado. Enquanto esperávamos essa decisão, seguíamos estudando com quatro educandos. Eram eles: Ilson, Edmilson, Débora e Marilene. Na aula inaugural de 2004 enfatizei a importância da educação na vida e retomei o objetivo da ECJ, para fortalecer a importância do resgate, valorização e continuidade da cultura caiçara dentro da Jureia. Disse também que eles eram os protagonistas daquele trabalho coletivo que estávamos começando na ECJ.



Professor Paulinho com a cachorrinha Laila e o barqueiro Joaquim, ano 2003. Crédito: Renato Pereira

Quando estávamos entrando no ritmo dos estudos, recebi um comunicado via PX (Rádio Amador) para que eu fosse à Barra do Ribeira resolver um problema da escola. Atendendo ao pedido, deixei as tarefas prontas para os educandos e segui viagem. Na casa do Dauro, soube do mal-entendido que ocorreu entre a Diretoria de Ensino de Miracatu e o departamento de educação da Prefeitura de Iguape. O departamento de educação havia informado que a ECJ havia fechado por falta de demanda. Diante do impasse, começamos a organizar provas para mostrar que a ECJ estava funcionando e que havia demanda na comunidade. Dentre as provas, o relatório das atividades da ECJ constituía o documento mais embasado. Assim, reunimo-nos nos dias 14, 15 e 16 de fevereiro de 2004, na sede do IBAMA, em Iguape, para planejar a conversa com a Dirigente de Ensino de Miracatu. Estiveram orientando nosso trabalho a professoras e amigas Luiza Alonso da Silva, professora da UNESP, e a professora Alik Wunder. Além do relatório da ECJ, decidimos fazer também um abaixo-assinado para fortalecer a documentação.

5.3 - Relatório e reivindicação do Ensino Médio

No final do mês de março de 2004 fomos à Diretoria de Ensino de Miracatu apresentar o relatório como prova da existência da ECJ e também reivindicar a implantação do Ensino Médio na comunidade da Cachoeira do Guilherme. Após dias de discussão com a dirigente regional, professora Lurdes Maria, obtivemos uma resposta negativa com a alegação de que o número de educandos existente na ECJ não justificava legalmente a implantação do Ensino Médio. Mediante a negativa, retornamos tristes, mas não desistimos de pensar outras possibilidades com a educação caiçara. Não foi fácil chegar à Cachoeira e dar a notícia do fechamento da ECJ, pois a comunidade já estava acostumada com a escola no local. Mesmo com a tristeza, prosseguimos com os estudos até o mês de junho de 2004, conforme a ordem da DE. As educadoras Alik Wunder e Luiza Alonso me aconselharam a continuar trabalhando os conteúdos tradicionais para fortalecimento da identidade local.



Capítulo 6

Minhas anotações

Tendo em vista que a ECJ caminhava para o fechamento, decidi registrar parte de minha experiência como educador caíçara naquele lugar maravilhoso. Para efeito de memória, seguem algumas de minhas saudosas anotações.

6.1 - História da Cachoeira do Guilherme

A Comunidade da Cachoeira do Guilherme teve início por volta de 1930, quando a família Tavarana estabeleceu-se na localidade. Henrique Tavares era um curandeiro que morava no município de Pariquera-Açú e certa vez foi vítima de uma cilada. O curandeiro receitou um remédio para uma mulher, mas o marido o trocou por outro produto e a mulher passou mal. Henrique Tavares foi denunciado e ficou preso por três dias. Depois da prisão, a família de Henrique resolveu migrar para o município de Iguape, vindo morar na região do Rio Comprido por ser um local de paz e de fartura.

Na localidade, em tempo passado, existiu um engenho de arroz que um fazendeiro chamado Guilherme havia implantado ali. Estabelecendo-se na Cachoeira do Guilherme, Henrique Tavares começou a atrair para a comunidade seus seguidores e consolidou uma família espírita conhecida por Tavarana. Ele construiu em sua casa um Centro Espírita para onde convergiam diversas famílias em busca de oração e remédios. Henrique Tavares dizia a seus seguidores que a ajuda à comunidade não viria da cidade de Iguape, mas da cidade de Santos. Essa profecia, segundo seus seguidores, tornou-se realidade a partir de 1950, quando um empresário da Baixada Santista instalou uma fábrica para explorar as conchas dos sambaquis da região, a caixeta e a banana que passou a cultivar na redondeza. A fábrica ficou conhecida pelo nome de "Empresa", para onde migravam as famílias do entorno em busca de trabalho.

Com a morte de Henrique Tavares, Sátiro Tavares, seu filho, deu continuidade aos trabalhos espirituais na Cachoeira do Guilherme, mantendo a tradição do padroeiro São Miguel Arcanjo. Sátiro foi um líder espiritual e político que colocou sua vida a serviço do próximo fazendo curas e dando orientação espiritual. O carisma do tavarano contagiou muita gente e deverá permanecer por muito tempo no silêncio da Cachoeira do Guilherme, como profetizou seu Manequinho ao dizer que a região do Rio Comprido haveria um dia de

ser desabitada e voltaria a ser selvagem. Será que ele estava falando da Estação Ecológica Jureia-Itatins?

6.2 - O silêncio é uma prece

Estar na Cachoeira do Guilherme significa estar num local de silêncio. Não é necessário preocupar-se com o tempo. O ritmo da comunidade é lento. O falar não precisa ser apressado, e o que se faz perde-se no tempo. A caminhada das pessoas é lenta e a gente também se faz lento, pois não é necessário se apressar. O ronco de um motor de popa chama atenção e muda a rotina; muitas vezes, com a ajuda do saber da experiência, é possível reconhecer quem está chegando à comunidade pelo rio. As pessoas ficam olhando da janela enquanto uma gostosa expectativa envolve o lugar Tavarano. Na parede do Centro Espírita há uma plaquinha com uma frase resumindo essa realidade: O silêncio é uma prece.

6.3 - Da solidão

São dezenove horas e quarenta e cinco minutos. Está tudo escuro na Cachoeira do Guilherme. Escuto vozes que vêm da cozinha de Joaquim. Há pouco estive lá com eles, em volta do fogão a lenha, conversando sobre histórias antigas. Os dois educandos já foram para o alojamento e a Débora, que dorme no quarto ao lado, está viajando com seus pais. Ao meu lado escuto o barulho do despertador que pouco utilizo para me acordar. Sempre acordo antes que ele me desperte. Aqui geralmente durmo cedo e também levanto cedo. Agora ouço os grilos intermitentemente e pernilongos me fazem companhia. Fora isso, tudo é silêncio, aliás, a Cachoeira do Guilherme é sinônimo de silêncio.

Sobre minha mesa encontra-se um texto da Cecília Meireles intitulado Da Solidão. À medida que lia, ia entendendo o porquê de a autora dizer que os objetos também nos fazem companhia, bastando apenas que tomemos consciência dessa realidade; que não necessariamente precisamos estar sempre ao lado de alguém para nos sentir acompanhados. Mas não me satisfazia com aquela colocação. Retornei à leitura e me

confrontei com o futuro da ECJ. O que fazer para que o projeto continue após o mês de junho? A busca pela resposta me cansou e me convenci a dormir.

6.4 - A gente se adapta

Hoje, a chuva não me causa mais tanta tristeza como nos primeiros meses, que foram tristes para mim. As manhãs chuvosas deixavam os dias escuros, o quintal encharcado, o barro grudado nos calçados e a gente mais lerdo. A chuva acinzentava o dia, e o intermitente respingo das águas nas árvores causava-me um sentimento de profunda tristeza. A chuva me trazia as lembranças dos momentos difíceis da vida. Ancorava-me nos mares turbulentos de nossa travessia. O espaço ficava reduzido e o caminho da comunidade terminava no rio. Mas o tempo foi me ensinando, fui me adaptando e me tornando amigo da chuva da Cachoeira do Guilherme.

6.5 - A cantoria é uma palestra

Numa certa tarde de calor, sentamos à beira da cachoeira para ouvir histórias de seu Pradel. Dentre tantas que ele nos contou, registrei um depoimento que transcrevo aqui: Eu não consigo falar o que penso sobre religião quando estou participando de uma reza. Quando tento falar alguma coisa, logo me vem o choro. Eu me sinto à vontade quando estou com uma viola debaixo do braço. Nada me intimida e ali eu abro a boca e brado o que quero. A cantoria para mim é uma palestra.

Seu Pradel sempre foi uma pessoa imprescindível nas festas tradicionais do Guilherme. Com sua viola debaixo do braço, convidava as pessoas a se aproximar da mesa do Centro Espírita ou da roda de Folia de Reis, onde cantava seus versos improvisados, numa revelação de sua experiência viva e pulsante na comunidade. A viola branca iguapeana é, para ele, um instrumento que o auxilia a se expressar, dizer quem é, em outras palavras: ser. Tantas estórias partiam do interior daquele homem! Muitas eram engraçadas, sábias e duvidosas...

Várias vezes ele me disse que se sentia triste em viver ali somente com a família. Que

sentia saudade do tempo em que tocava nos bailes, que se divertia. Quando ia à Peruíbe, em sua casa da cidade, nada tinha sentido porque não podia fazer o que mais gostava: tocar a viola.

6.6 - Mutirão no Grajaúna

Entre os dias 13 e 15 de novembro participamos de um mutirão de fandango na casa de seu Onésio e dona Nancy, na comunidade tradicional do Grajaúna. Fomos caminhando pela trilha conhecida por Caminho do Guilherme, que foi aberta por seu Onésio na década de 1960, quando ele procurava a casa do líder Sático em busca de remédio para dor de dente da filha Glorinha. Depois da consulta com o líder Sático, seu Onésio tornou-se seu seguidor porque sua filha foi curada e, com isso, deu início ao diálogo com a Cachoeira do Guilherme.

Chegamos cansados na comunidade do Grajaúna, mas a paisagem do mar que tivemos valeu a caminhada. Sentei-me na área da casa e deixei minha vista percorrer a imensidão do Oceano Atlântico. Enquanto ia lentamente recuperando a energia, seu Onésio nos chamou para o café da tarde. No dia seguinte, participamos do mutirão de plantio da mandioca e à noite dançamos fandango. O mutirão de fandango também é um momento de educação popular, pois no encontro das pessoas o conhecimento cultural é produzido e compartilhado. No caso do aprendizado do fandango, as crianças e jovens aprendem a tocar os instrumentos quando estes são deixados nos assentos durante o intervalo do baile. Ali começa o gosto pelo fandango.

6.7 - Aniversário da telessala

No dia 19 de maio de 2004 completou-se um ano de existência da ECJ. Naquele dia, fizemos uma confraternização simples para comemorar nossa vida em comunidade e também avaliar a presença da escola na Cachoeira. Os moradores não queriam que a escola fechasse e lamentavam que a Diretoria de Ensino de Miracatu não se esforçasse

para manter o ensino na comunidade.

Em meados de julho chegaram as avaliações, eu as apliquei conforme as orientações e, após a correção, entramos de férias. Levei as avaliações e as entreguei na Escola Sebastiana Muniz Paiva, na Barra do Ribeira, minha sede, para que fossem encaminhadas à Diretoria de Ensino de Miracatu. Após um descanso merecido, retornamos das férias sabendo que entrávamos no último semestre de estudo na ECJ. A escola fecharia no final do ano. Tentaram fechá-la antes, mas não o fizeram em razão da pressão feita pela professora Luiza Alonso da Silva, que conhecia bem a dirigente de ensino.

A luta pela continuidade da ECJ, na Cachoeira do Guilherme, proporcionou um tempo de aprendizado em educação popular no qual a comunidade e os educandos desenvolveram a consciência de luta pelo território e pela identidade cultural caiçara.

6.8 – A despedida: Últimas semanas de aula

Quando chegou o mês de dezembro de 2004, entramos nas duas últimas semanas de funcionamento da ECJ, pois o término das aulas estava previsto para o dia quatorze daquele mês. Cada dia que passava, os educandos ficavam mais ansiosos em relação às avaliações e ao fechamento da escola. Acompanhando a ansiedade, havia um sentimento de tristeza e de saudade pairando na comunidade. A família de seu Pradel dizia que nós (a escola) íamos fazer falta naquele lugar. Eles diziam que os jovens alegravam a Cachoeira e que, após nossa saída, pretendiam mudar-se para a cidade de Peruíbe, Baixada Santista, pois não queriam ficar ali sozinhos. Eles ainda tinham esperança de que voltaríamos à escola no próximo ano, mas essa possibilidade dependeria da aprovação do Ensino Médio, o que a Diretoria de Ensino de Miracatu via como impossível...

Numa tarde, após as aulas, fomos plantar mudas de bananeira para deixarmos nossa lembrança e contribuição nas plantações; no final do trabalho, o pequeno bananal foi batizado de Bananal da despedida, sugestão dada pelo educando Edmilson.

No dia 7 de dezembro teve início o período das avaliações. Dividimos o tempo de aplicação e correção das provas em quatro dias, para que os educandos fizessem os

exames finais com tranquilidade. No dia 10 de dezembro concluímos a semana avaliativa e no dia 11 guardamos os livros, a TV, fitas cassete e outros aparatos que nos auxiliaram na ECJ. No dia seguinte, dia doze de dezembro, os educandos Ilson e Edmilson despediram-se da comunidade, da escola e de nós. Foi um momento forte para mim e para todos da comunidade. Os passos deles em direção à trilha que os levava para casa foram acompanhados com emoção. Obrigado, meninos, pelo aprendizado que tive com vocês! (evoquei silenciosamente). Eles partiram acenando pela trilha com destino à comunidade do Grajaúna e do Rio Verde. Sumiram pela mata...

6.9 - O silêncio na sala de aula

Ao se aproximar o pôr do sol do dia treze de dezembro de 2004, entrei na sala do Centro Espírita e me sentei nos bancos pesados de madeira que estavam encostados na parede. Fechei meus olhos e me coloquei numa posição de agradecimento. Agradei pela experiência que vivi naquela comunidade como professor. Por alguns instantes permiti que o silêncio da sala de aula, onde outrora funcionou o Centro Espírita São Miguel Arcanjo, coordenado pelo líder espiritual Sátiro Tavares, fosse minha companhia. Eu e o silêncio dialogamos naquele espaço sagrado que existiu por décadas ali na Cachoeira do Guilherme. Recompus mentalmente o período em que ali funcionou a ECJ olhando demoradamente todo o espaço físico e imaginando o que iria acontecer com todo aquele trabalho futuramente. Concluí dizendo comigo que o futuro a Deus pertence! A noite chegava e o silêncio aumentava em sua plenitude. Aproximei-me das janelas e fui fechando-as bem devagar. O sentimento que me tomava interiormente compunha um misto de saudade e tristeza, mas também de contentamento consciente pelo trabalho que ali conseguimos realizar ou que havíamos começado... Cada janela que eu fechava fazia um barulho que parecia um sinal de despedida... Quando fechei a última janela e me direcionei ao interruptor, que ficava ao lado do corredor, pude acionar uma tecla que subitamente escureceu a sala à minha frente, mas tive a plena certeza de que aquela escuridão não interromperia minha consciência, da comunidade e dos educandos, pois estávamos partindo dali para outros horizontes iluminados...

Cachoeira do Guilherme, 20 de dezembro de 2004.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito da Escola Caiçara da Juréia-ECJ não desapareceu com o fechamento físico da sala de aula que funcionou na comunidade da Cachoeira do Guilherme entre os anos de 2002 a 2005. Pelo contrário, continuou e continua vivo na luta das comunidades tradicionais caiçaras da Juréia pelo direito ao território e atualmente constitui uma Escola Caiçara Itinerante que será descrita nas palavras que seguem. A luta pelo território, pelo direito de manter a cultura caiçara no seu habitat de origem, vem sendo travada desde os anos 1990 de forma pioneira pela União dos Moradores da Jureia (UMJ)³⁸, pela Associação dos Jovens da Jureia (AJJ) e pelas pessoas que acreditam em educação caiçara.

Em 2005 comecei a lecionar Filosofia no Ensino Médio em escolas públicas estaduais do município de Iguape e Ilha Comprida, mas foi na EE Sebastiana Muniz Paiva, situada na comunidade da Barra do Ribeira, foz do Rio Ribeira de Iguape, entrada para Jureia, que ajudei a desenvolver projetos com alunos e professores envolvendo temáticas voltadas à cultura caiçara. Em 2010 aconteceu o primeiro projeto, intitulado Barra do Ribeira pelo olhar da Sebastiana, que teve parceria com a AJJ, com o objetivo de pesquisar a história do bairro da Barra do Ribeira para conhecer a cultura local e instigar a reflexão sobre os saberes tradicionais, envolvendo a escola, entidades e comunidade, no sentido de reunir forças para o fortalecimento da identidade local.

Associando a educação escolar (formal) com a educação popular (educação não formal), teve início, através desse projeto, a reflexão da identidade caiçara relacionada ao turismo na comunidade, ao meio ambiente, aos saberes dos mestres, ao conhecimento da pesca, da terra, e a outros conhecimentos presentes na comunidade. A parceria com a AJJ, onde se produzia viola branca e rabeca, nas oficinas de saberes caiçaras realizadas pelo Centro de Cultura Caiçara da Barra do Ribeira (CCCBR)³⁹, potencializou o projeto desenvolvido na escola Sebastiana.

³⁸ A União dos Moradores da Jureia (UMJ) é uma entidade que tem por objetivo lutar pelas comunidades tradicionais caiçaras da Jureia no âmbito político, e a Associação dos Jovens da Jureia (AJJ) luta através da cultura.

³⁹ Desenvolvi este tema com profundidade em minha dissertação de mestrado, intitulada Oficinas de fandango caiçara como vivência de educação popular na Associação dos Jovens da Jureia (AJJ)/Barra do Ribeira, Iguape SP: reafirmando o potencial das comunidades tradicionais caiçaras. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2815?show=full>>. Acesso em: 11 maio 2019.

Em discussões a respeito de autoestima, indisciplinas, identificação com o “ser” caiçara, território caiçara, mutirão e outros temas relacionados à vida caiçara, avaliou-se que os alunos apresentavam mais interesse pelo estudo e envolvimento nas atividades. Dessa forma, o projeto foi discutido nas reuniões de Atividade de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC), onde a equipe gestora e os docentes aceitaram trabalhar com nossa metodologia de projeto escolar.

Assim, o projeto Barra pelo olhar da Sebastiana passou a buscar outros horizontes, transformando-se em Filosofia em Versos Caiçaras, que refletia com os alunos sobre os conhecimentos da cultura caiçara a partir da pesquisa de letras de música do fandango local, instigando-os a compor poesias sobre os saberes do lugar, sentimentos e outros assuntos, como fazem os mestres fandangueiros. O projeto Filosofia em versos Caiçaras possibilitou que os alunos começassem a olhar de uma forma diferente para o fandango, desconstruindo a ideia preconceituosa de que era coisa para os velhos e contribuindo para que começassem a construir um novo olhar, de modo que eles mesmos se reconhecessem no lugar e na cultura a que pertenciam.

A partir de 2012, os debates com educandos, nas ATPCs e com a comunidade definiram uma nova denominação para o projeto, que foi batizado de Siri na lata. Dentre as atividades realizadas pelo Siri na Lata, destacou-se uma significativa aula de campo na comunidade caiçara da Ilha do Cardoso, no município de Cananeia, onde foi realizada uma vivência entre duas escolas caiçaras. O resultado positivo dos projetos fez com que a metodologia de trabalho fosse se aperfeiçoando. Assim, a partir de 2013, uma nova denominação foi atribuída ao projeto: Espaço Caiçara.

Chamado de Espaço Caiçara, o projeto vem sendo realizado até o presente momento, com a realização de pesquisas culturais, palestras, vivência nas comunidades, exposições de artefatos da cultura local e também um almoço com comidas típicas, que é a atividade de encerramento do projeto. Em 2016, o Espaço Caiçara foi incorporado ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola Sebastiana e já esteve exposto na Diretoria de Ensino de Miracatu por ocasião do I Sarau Caiçara realizado na escola Sebastiana. Em 2018, o Espaço Caiçara realizou a Semana da Cultura Caiçara, promovendo vivência nas comunidades caiçaras do entorno da escola, palestras com pesquisadores da história local,

dia de entretenimento, café caiçara, oficinas de confecção de balaio, oficina de confecção de covo (instrumento de pesca), apresentação de fandagueiros e um encerramento com a realização do almoço caiçara, em que foram servidas inúmeras comidas típicas da região.

POSFÁCIO

LIVRO: ESCOLA CAIÇARA DA JUREIA

Adriana de Souza de Lima⁴⁰

Dauro Marcos do Prado⁴¹

Escrever o posfácio deste livro é falar de sonhos, de desafios e da vida. É falar de um lugar onde a vida sofreu um corte raso, mas rebrotou como caixeta (árvore nativa da Mata Atlântica), com força e com várias perfilhações. Ler a narrativa de Paulo Cesar Franco sobre um processo de ensino-aprendizagem, pensado ainda no final dos anos 1990, a partir de idealizadores caiçaras, nos faz respirar profundamente e sentir uma imensa força que nos convoca a seguir nos reinventando e sonhando novos sonhos.

Encontrar tantos nomes, reviver tantas cenas, percorrer os caminhos do rio e da mata e de tantos lugares é recuperar a memória da Comunidade. É reverenciar todos os idealizadores do projeto, educadores, educandos e parceiros-amigos. Ler este livro foi uma oportunidade de ler esta estória com ênfase no contexto em que ela se deu, com uma narrativa poética e crítica, desde o prefácio, com o professor José Luiz Izidoro, a introdução da professora Alik Wunder, até, e principalmente, todos os capítulos narrados pelo nosso amigo e parente caiçara, Paulinho.

Ler este livro nos faz refletir sobre a ousadia de uma comunidade caiçara que pensou estrategicamente uma possibilidade de garantir sua permanência no território de origem a partir da educação comunitária: uma educação caiçara, que valoriza o conhecimento, o modo de vida, o tempo, o espaço e o viver bem. Também, o livro nos fez compreender quais vêm sendo os limites e os novos desafios de uma educação de qualidade, pautada no ser e no fazer coletivo; também nos remete a indagar se e quantos novos processos de

⁴⁰ *Caiçara, educadora popular, pesquisadora local, monitora ambiental e pedagoga. Mora em Peruibe-SP.*

⁴¹ *Caiçara, pescador artesanal, agricultor e extrativista, pesquisador local, monitor ambiental e articulador comunitário. Mora em Iguape-SP.*

educação comunitária surgiram de lá para cá. Será que a Escola Caiçara da Juréia inspirou outras comunidades? Quem são os novos idealizadores das novas escolas caiçaras?

O livro traz a memória de algumas pessoas que marcaram lindamente nossas vidas, e em nome delas saudamos todas que foram mencionadas, ou não, no livro, e que de alguma forma contribuíram para sua realização. Ao Mestre Sátiro Tavares, nosso curandeiro, e à meiga Dona Alice de Oliveira Tavares, por ousar, juntamente com a comunidade, enfrentar a opressão imposta pelo Estado, num ato político de transformar sua própria casa sagrada na Escola Caiçara da Juréia. Lembra-nos da querida Mestra, professora, educadora e bióloga Luiza Alonso da Silva, que juntamente com Dauro assumiu um papel de articulação para fora, colocando todo seu cabedal de conhecimentos à disposição da comunidade. Ela também mostrou nesse tempo em que convivemos que nossas práticas culturais não são criminosas e sim criminalizadas pela classe dominante. Ela me inspirou muito a escrever meus primeiros planos educacionais, ainda no começo do ano de 2002, e a me tornar uma educadora popular caiçara. Esse encontro com Luiza só nos encorajou mais ainda a ser protagonistas da nossa história.

Respondendo às nossas próprias indagações, podemos dizer que sim, a Escola Caiçara da Jureia já foi contada em muitos lugares, em outras comunidades, em pesquisas e nas universidades. Ela saiu da Cachoeira do Guilherme e se materializou de diferentes formas. Eu e Dauro podemos dizer que há mais de uma década ampliamos a atuação a partir da educação popular comunitária para nossas práticas coletivas no território, que chamamos de Educação Caiçara Itinerante.

O território caiçara aqui é entendido como a extensão litorânea entre os estados do RJ, SP e PR. É nesse território que a Educação Caiçara Itinerante ocorre, juntamente com diferentes comunidades caiçaras, a partir dos diferentes corpos de homens e mulheres com seus saberes, lutas e desafios, levando discussões a espaços de diálogo com outros povos e comunidades tradicionais, instituições públicas, em eventos como oficinas, seminários, congressos, em nível local, regional, nacional e internacional.

Essa Educação Caiçara Itinerante permite intercambiarmos as diferentes metodologias que existem por meio das manifestações caiçaras, do Fandango Caiçara,

da Corrida de Canoa, da Pesca, do Rancho de Pesca, da Casa de Farinha, da Roça, da Medicina Tradicional, da Culinária, do Mutirão, dentre outras atividades em que a educação se faz também pelas nossas trocas e pelos nossos conhecimentos. Essa educação abre portas para abordagens do que vem de fora e permite posicionarmo-nos contra o impacto das pressões dos grandes empreendimentos, da especulação imobiliária, do turismo de massa, das unidades de conservação de proteção integral, dos projetos de concessões e privatizações dos bens comuns. Também se abriram janelas à proposição de novas parcerias, pesquisas e projetos comprometidos com o modo de vida e a dignidade das pessoas da comunidade.

Por fim, já que fizemos uma leitura conjunta do livro, não podemos deixar de agradecer ao Mestre que dedicou seu tempo para recuperar todas as suas anotações e memórias para cristalizar, através desta sistematização agora publicada, o acesso e contato de outras pessoas a esse processo histórico-político-educativo-comunitário na Jureia. Dauro foi um dos idealizadores deste processo e, com ele, eu, Adriana, tive a honra de ler este livro, refletir sobre ele e escrever junto este posfácio.

Novembro de 2020

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASPIS, Renata Lima. Ensinar Filosofia: um livro para professores. São Paulo: ATTA Mídia e Educação, 2009.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: Lembranças de velhos. 3. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação? São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos, 2007).

CAVANAGH, Julie. ENCICLOPÉDIA CAIÇARA: O Olhar do Estrangeiro. Antonio Carlos Diegues (Org.). São Paulo: Hucitec: NUPAUB-USP, 2005. v. 1.

CARNEIRO, Rafaelle Rocha Souza. A pesca da Manjuba (*Anchoviella Lepidentostole*) e o canal do Valo Grande: Uma relação de (des)continuidade em Iguape/SP. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LARROSA, Jorge. O enigma da infância ou o que vai do impossível ao verdadeiro. In: LARROSA, Jorge; FERRÉ, NÚRIA, Pérez de Lara. (Org.) Imagens do outro. Tradução de Celso Márcio Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 67-86.

MARTINS, Pradel. Entrevista concedida em outubro de 2003, na comunidade da Cachoeira do Guilherme, Iguape/SP.

MELO, Teresa Mary Pires de Castro. A Floresta, a Mesa e as Leis: espaços, comunicação e mudança cultural em comunidades tradicionais da Estação Ecológica Jureia-Itatins. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

NUNES, Márcia. Do passado ao futuro dos moradores tradicionais da Estação Ecológica Juréia-Itatins/SP. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

PRADO, Dauro Marcos do. Entrevista concedida em maio de 2003, na comunidade da Cachoeira do Guilherme, Iguape/SP.

RONDELLI, Beth. O Narrado e o Vivido: o processo comunicativo das narrativas orais entre pescadores do Maranhão. Rio de Janeiro: Funarte - IBAC - Coordenação de Folclore e Cultura Popular.

SANCHES, Rosely Alvim. Caiçara e a Estação Ecológica de Jureia-Itatins: Litoral sul de São Paulo. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.

SILVA, Luiza Alonso & WUNDER, Alik. Projeto da Escola Caiçara da Jureia e resultados dos anos de 2002 e 2003. Campinas, 2004.

WUNDER, Alik. Encontro das águas na Barra do Ribeira: imagens entre experiências e identidades na escola. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Unicamp. Campinas, 2002.

LISTA DE SIGLAS

ATPC - Atividade de Trabalho Pedagógico Coletivo

ECJ - Escola Caiçara da Jureia

EEJI - Estação Ecológica Jureia-Itatins

NUPAUB - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas

AMAI - Associação de Monitores Ambientais de Iguape

UMJ- União dos Moradores da Jureia

CCCBR- Centro de Cultura Caiçara da Barra do Ribeira